



**MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

**SISTEMA DE SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA  
PREVENÇÃO DO CRIME MIGRATÓRIO EM ANGOLA**

**ESTUDO DE CASO NA PROVÍNCIA DE LUANDA**

**ANGELINO JOSÉ ANTÓNIO**

Dissertação de Fim de curso, submetida a Faculdade de Direito  
da Universidade Nova de Lisboa, como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre em Direito e Segurança.

ORIENTADORA:

PROFESSORA DOUTORA HELENA PEREIRA DE MELO

**LUANDA, 2017**

## **EXÓRDIO**

*"NAS REPÚBLICAS É UM DEVER EXERCER TODOS OS DIREITOS"*

JOSÉ MARTÍ (1853-1895)

## **PRELIMINARES**

Todo o texto desta Dissertação foi escrito conforme as normas ortográficas vigentes na República de Angola, por esta não ter aderido ainda ao novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa em curso na CPLP.

## DEDICATÓRIA

À todos profissionais em formação no InIS, docentes em exercício,  
Directores em serviço neste Instituto,  
e muito especialmente aos meus colegas.

Aos meus filhos,

A minha maior obra.

À minha esposa,

a quem dedico e ofereço este sonho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, que iluminou o meu caminho, conduziu-me e permitiu que essa obra fosse concluída.

À minha esposa (*Isilda António*) e filhos (*Winny e Itiel*), pela privação de horas de convívio ao longo desta caminhada.

Aos meus pais, irmãos e amigos, pela ajuda, apoio, paciência, solidariedade e confiança, sem os quais, não teria sido possível chegar até aqui.

Aos meus tutores um eterno agradecimento, por todo apoio e sobretudo, pela confiança em mim depositada naqueles momentos onde parecia que o afastamento, esgotamento e outros assuntos pessoais e profissionais me venciam, retirando-me da rota.

Aos meus colegas do CSD (Corpo de Segurança de Diamantes) e aos funcionários do SINSE (Serviço de Inteligência e de Segurança de Estado), em especial os do INIS (Instituto de Informação e Segurança) pelo respeito, apoio e consideração que deles sempre recebi.

Aos professores da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, pela solidariedade, entrega e dedicação.

À todos que embora não mencionados tenham contribuído para que chegássemos até aqui,

O meu muito obrigado!

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CRA	-Constituição Republica de Angola
MININT	-Ministério do Interior
SINSE	-Serviços de Inteligência e de Segurança de Estado
INIS	- Instituto de Informações e de Segurança
SIE	-Serviço de Inteligência Externa
CSD	-Corpo de Segurança de Diamantes
PN	-Polícia Nacional
CGPN	-Comando Geral da Polícia Nacional
FAA	- Forças Armada Angolanas
CPGF	-Comando da Polícia de Guarda Fronteira
TGFA	-Topas de Guarda Fronteiras de Angola
SME	-Serviços de Migração e Estrangeiro
SP	-Serviços Penitenciários
SPCB	-Serviços de Protecção Civil e Bombeiros
CPPA	-Comando Popular da Polícia de Angola
SIC	-Serviços de Investigação Criminal
TGS	-Teoria Geral dos Sistemas
CRFPT	-Cartão de Residente Fronteiriço ou Passe de Travessia
TID	-Tráfico Ilícito de Diamantes
RDC	-Republica Democrática do Congo
RGL	- Região dos Grandes Lagos
MINARS	-Ministério da Assistência e Reinserção Social
NTC	- Novas Tecnologias de Comunicação

## RESUMO

A superação e capacitação dos quadros são, na actualidade, um dos principais processos concebidos na estratégia de superação e capacitação levado a cabo pelo Ministério do Interior em Angola, no desenvolvimento das suas missões até pelas mudanças e transformações de ordem política, económica, social e jurídica que hoje também se conhecem na sociedade angolana.

Com efeito, o presente estudo constitui um singelo contributo particularmente para os profissionais do Ministério do Interior (MININT) em especial aos dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME), no que diz respeito ao conhecimento jurídico de modo particular, pouco tratado até ao momento nos processos de superação e capacitação dos seus quadros que é necessária para alcançar com sucesso as metas a que se propõem.

Na realidade a melhoria da qualidade profissional e humana dos quadros, através da implementação do sistema de superação e capacitação para a educação Jurídica é um factor importante e até mesmo preponderante para garantir com eficiência e eficácia as acções do estado no domínio da segurança do Estado.

A nossa proposta centra-se nas bases do realismo humanista, a teoria dos sistemas de superação e capacitação, ou seja, de uma educação avançada fazendo o uso de métodos diferenciados dos comumente usados (o audiovisual) como meta de ensinar.

**Palavras-chaves:** Superação; Capacitação; Prevenção; Crime; Angola.

## ABSTRAT

The overcoming and qualification of the cadres are, at present, one of the main processes that conceived in the strategy of overcoming and qualification carried out by the Ministry of Interior in Angola, in the development of its missions until by the changes and transformations of political, economic, and social order which are now known in Angolan society.

In fact, the present study constitutes a simple contribution particularly for the professionals of the Ministry of the Interior (MININT), especially those of the Migration and Foreigners Services (SME), regarding the legal knowledge in a particular way, in the processes of overcoming and qualifying their staff that is necessary to successfully achieve the goals they propose.

In fact, the improvement of the professional and human quality of the cadres through the implementation of the system of overcoming and training for legal education is an important and even preponderant factor to guarantee the efficiency and effectiveness of state actions in the field of state security.

Our proposal focuses on the bases of humanistic realism, the theory of systems of overcoming and qualification, that is, an advanced education using different methods of the commonly used (audiovisual) as a goal to teach.

**Keywords:** Overcoming; Training; Prevention; Crime; Angola.



## INTRODUÇÃO

Os desafios dos tempos modernos estão, de alguma, forma ligados à Globalização e consequentemente com as migrações. A globalização oferece meios técnicos de modo que os transportes se tornem cada vez mais baratos e as comunicações facilitadas. Por conseguinte, as migrações se tornaram mais difíceis de controlar.

A questão da unidade nacional constitui ainda hoje uma das preocupações essenciais nos países africanos em geral e particularmente em Angola. Embora as fronteiras herdadas da colonização sejam respeitadas no quadro das Convenções Internacionais, elas não deixam de ser “artificiais” pelo facto de se ter separado arbitrariamente povos e “destruindo”, deste modo, os Estados pré-coloniais (nações étnicas) que foram constituídos ao longo de vários séculos de movimentos migratórios bantú.

A República de Angola é um país localizado no sul de África que limita com a República da Namíbia a sul, com as Repúblicas do Congo e Democrático do Congo a norte, a leste com República da Zâmbia e, para o oeste, é banhada pelo Oceano Atlântico, Sua capital é Luanda.

Tornou-se independente em 11 de Novembro de 1975, depois de uma longa guerra civil. No entanto, uma vez emancipado o novo país viu-se imerso numa intensa e duradoura guerra civil que se prolongou até o ano 2002.

As migrações internacionais, na actualidade constituem um espelho das assimetrias das relações socioeconómicas vigentes a nível planetário. São termómetros que apontam as contradições das relações internacionais da globalização neoliberal. O processo migratório em Angola começou a tornar-se notório na década 80/90, com a entrada massiva de congoleses, oeste africanos, cidadãos provenientes do oriente

médio, europeus e outros que acabarão por afectar de maneira significativa o *modus-vivendi* da sociedade angolana.

As migrações como tal são um fenómeno universal e tão antigo quanto a humanidade. A deslocação de pessoas e bens além-fronteiras constitui um desafio nos tempos modernos em que a globalização e os processos de integração aceleram a locomoção humana.

Mesmo nos períodos mais críticos da sua História recente, Angola não fechou suas portas à migração que tem procedimentos muito simples para a entrada e permanência no território nacional de acordo com a legislação vigente. As nossas representações diplomáticas estão abertas e disponíveis para processamento e expedição de todo tipo de vistos que habilitam o estrangeiro a entrar, trabalhar e viver no país, os balcões dos serviços de migração e estrangeiros no país estão inteiramente disponíveis para atender todos aqueles que solicitarem os seus préstimos.

Os cidadãos estrangeiros que escolheram Angola à procura de melhores condições de vida, trabalho e de fazer negócios são bem-vindos sempre que o façam com observância das leis e normas de migração vigentes no País. Nós acreditamos que estes cidadãos que vivem legalmente em Angola são o exemplo claro de que quem pretende entrar e permanecer temporariamente em Angola deve cumprir com os pressupostos legais a semelhança do que é feito em qualquer parte do mundo. Estes cidadãos estrangeiros servem como referência aos compatriotas no momento de decidirem entrar no território nacional.

A semelhança do que é feito nos outros países onde a imigração ilegal é organizada, existem em Angola grupos que se convencionou chamar "comité de recepção" de estrangeiros. O grupo actua ilegalmente recepcionando frequentemente cidadãos estrangeiros que entram no país à margem da lei cujo número varia conforme o local de entrada e o objecto visado, vinculados a crimes

transnacionais como o tráfico de pessoas e drogas que potencializam o crime e fragilizam a economia nas sociedades afectadas. Em Angola, estes grupos são e continuam a ser alvos de controlo das autoridades que supervisionam a migração, responsabilizando todos os intervenientes principalmente os angolanos que impulsionados por interesses económicos e financeiros tornam-se parte ou colaboram para a migração ilegal.

Neste sentido, quando os níveis de imigração são muito altos, podem causar problemas no país acolhedor, regra geral, os imigrantes trazem consigo outros comportamentos de natureza social, política e cultural, cuja as consequências se não forem devidamente acauteladas podem gerar conflitos, por exemplo a propagação de seitas religiosas que contrastam com a realidade cultural angolana. Outrossim, este fenómeno pode resultar ainda no aumento da procura de trabalho e, consequentemente aumentar os índices de desemprego. Em sentido inverso, quando os cidadãos deixam o país e emigram, podem contribuir na redução da força laboral quicá em sectores chaves da economia isto, privam os países de mão-de-obra necessária para continuarem com seus projectos de desenvolvimentos (*Fuga de cérebros*).

Esta situação exige dos países de acolhimento, como Angola, o aperfeiçoamento da legislação sobre a entrada e permanência de estrangeiros e dos mecanismos de controlo.

A partir da situação exposta surge o problema seguinte:

- Problema de investigação

Como contribuir para superação e capacitação dos quadros do Ministério do Interior que permita o combate e a prevenir o crime migratório em Angola?

- Objecto de investigação

O processo de superação e capacitação dos quadros do Ministério do Interior em especial os do serviço migratório (SME).

- Campo de acção

Necessidade da criação de um Sistema de Superação e capacitação dos quadros que os permita melhorar o seu desempenho profissional e humano do "Ministério do Interior" da República de Angola em coordenação permanente com o Serviço de Inteligência e Segurança do Estado.

- Objectivo da investigação

Elaborar um sistema superação e capacitação para os quadros do Ministério do Interior, que permita a melhoria no campo profissional bem como a melhoria da qualidade de vida dos profissionais na prevenção do crime migratório.

Toda investigação científica é considerada hipotética. Este estudo favorece a visão com recurso metodológico para a análise e interpretação, que se assumiram neste estudo, as perguntas científicas como característica de um processo analítico próprio, e, é por ele que se formulam as questões seguintes:

1 - Pergunta Científica

Que fundamentos teóricos e metodológicos sustentam os enfoques na superação e capacitação contra o crime migratório no mundo com ênfase em Angola?

1 - Tarefa científica

Sistematizando os fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam os enfoques de superação e capacitação e o crime migratório no mundo com ênfase em Angola.

## 2 - Pergunta científica

Qual é o estado actual da superação e capacitação dos quadros do Ministério do Interior para a prevenção do crime migratório em Angola?

## 2 - Tarefa científica

Caracterização do estado actual da superação e capacitação dos quadros do Ministério do Interior para a prevenção do crime migratório em Angola.

## 3 -Pergunta científica

Que componente deve ter um sistema de superação e capacitação para a melhoria dos quadros do Ministério do Interior, para prevenir o crime migratório em Angola.

## 3 - Tarefa científica

Determinação dos componentes que o sistema de superação e capacitação deve ter para a melhorar a qualidade dos quadros do Ministério do Interior, para prevenção do crime de migratório em Angola.

## 4 -Pergunta científica

Quais são os resultados do sistema de superação e capacitação implementados no Ministério do Interior, a fim de prevenir o crime migratório em Angola.

## 4- Tarefa científica

Valorização dos resultados do sistema de superação e capacitação para a melhoria dos quadros do Ministério do Interior para prevenir o crime migratório em Angola.

## **Métodos teóricos**

- Histórico
- Lógico
- Analítico
- Sintético
- Indutivo e dedutivo
- Análise documental
- Modelação
- Enfoque de sistema

## **Métodos empíricos**

- Questionário
- Entrevista

## **Método estatístico**

- Análise de percentagem

Para este estudo assumiu-se como amostra significativa da população:

- Dos quadros dos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado (SINSE); teve-se em conta uma população de 60 (Sessenta) indivíduos e uma amostra de 41 (quarenta e um),
- Do Instituto Superior de Policia "General Osvaldo Serra Vandúnen" foram seleccionados num universo de 200 indivíduos, uma amostra de 100 (cem),
- Da população de 400 (Quatrocentos) indivíduos do Comando Geral da Policia Nacional (CGPN), Comando da Polícia de Guarda Fronteira (CPGF), Serviços de Migração e Estrangeiro (SME) e Serviço de Investigação Criminal (SIC), tivemos uma amostra de 300 (trezentos).

### **Actualidade do estudo:**

- Consiste na sistematização teórica assumida desde o objecto de estudo, sobre uma base teórica da formação, superação e capacitação dos componentes do sistema de cursos propostos para o desenvolvimento da educação jurídica que visa contribuir para o processo de melhoria da qualidade profissional e humana dos quadros do Ministério do Interior de Angola.

### **Novidade científica:**

- Está na apresentação de um Sistema de Superação e Capacitação para os quadros do Ministério do Interior que favorece os objectivos, conteúdos, métodos e procedimentos na base da programação de aulas audiovisuais e vídeo-conferência para o tratamento da educação jurídica a fim de prevenir o crime migratório, independentemente da legislação vigente em Angola.

## CAPÍTULO I

# **CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MINISTÉRIO DO INTERIOR**



### **1.1. ANTECEDENTES E REFERENTES HISTÓRICOS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR (GENERALIDADES)**

A criação dos órgãos de segurança em Angola aconteceu em circunstâncias muito difíceis para a vida da pátria nova nascente, molestada pela onda de agressões externas e reacções internas cuja sobrevivência como Governo deveu-se ao heroísmo e tenacidade de seus membros a maioria deles anónimos que permitiu atingir golpes fatais ao inimigo e permitir a suas derrocadas.

Todo estado moderno possui de uma forma ou de outra, Órgãos institucionalizados com o propósito de manter sua estabilidade político-militar e social e por tanto o respeito de pela sua soberania frente a outros Estados. Os outros órgãos subsidiários para o exercício do poder político são particularmente as Forças Armadas, a Polícia Nacional e os Órgãos de Segurança e Inteligência (podendo nestes últimos estarem inclusos ou não a polícia).

Particularizando os órgãos de Segurança e Inteligência é evidente que sua acção para preservação da soberania do estado não é reflectida à visita de todos, porque ao contrário das Forças Armadas e a Polícia Nacional, os Serviços de Segurança e Inteligência no exercício das funções são distintos agem com alguma discrição, o que torna difícil avaliar em termos de efeitos práticos a suas actuação na manutenção da Soberania do Estado.

Todavia os Serviços de Segurança e Inteligência atendendo a especificidades e complexidade das suas acções são de grande importância e vitalidade, pois estes são serviços de grande intervenção na vida do Estado como garante da soberania e dos seus interesses e não é sensato que os Estado se dêem ao luxo de prescindir-se deles.

Eles tem um desempenho importante na tarefa de prevenção e manutenção da Soberania do Estado na sua acção de evitar os riscos que podem ocorrer em virtude

das acções preparadas internamente assim como no estrangeiro, destinadas a subverter o poder político democrático do Estado soberano, assim como aqueles buscam debilitar a economia tornando-a completamente dependente de terceiros.

Destarte, os efeitos do papel dos Serviços de Segurança e Inteligência particularmente os sucessos e a experiência prevalecem em referência dos novos desafios que temos adiante para a consolidação do processo de paz e a prevenção contra os planos hostis a constituição orquestrados pelos inimigos da paz bem como a forte acção dos serviços de inteligência estrangeiras que ajudam os nossos oponentes atingir golpes contra a estratégia das políticas económicas e sociais do governo.

*O Estado democrático e de direito é caracterizado pela constitucionalidade das suas Instituições o que pressupõem, que todos os órgãos devem obediência ao Direito. Neste contexto é evidente que os órgãos de segurança em qualquer estado democrático e de direito como instituto do Estado e com especificidades muito bem definidas devem circunscrever toda a sua acção tendo sempre em atenção o previsto nas disposições da lei Constitucional.*

Em Angola, os Serviços de Segurança Nacional actuais foram institucionalizados pela Assembleia Nacional através da adoção da Lei de Segurança Nacional 12/02 de 16 de Agosto, instrumento fundamentalmente jurídico que define e delimita as competências dos Serviços de Segurança em Angola de forma global e define especificamente as competências de cada órgão, dispondo de centros de formação e investigação científica e humana, legitimando-os como as instituições de um Estado democrático de direito não podendo prescindir o exercício do seu poder soberano.

Neste contexto, uma atenção especial tem sido dada aos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado, no domínio do respeito pelas liberdades fundamentais dos cidadãos como corolário de um Estado democrático, pautando por uma postura

apartidária no desempenho das suas funções em prol da soberania do estado e das Instituições, isentas de influências partidárias.

Neste sentido, para garantir o aprimoramento das técnicas operativas e a eficácia da sua acção, a profissionalização dos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado, constitui o maior desafio no momento dado a conjuntura actual no país onde as acções criminosas estão ganhando terreno quer do ponto de vista político assim como ordem na económica e social, cuja prevenção e corte, estão a cargo da comunidade de inteligência nos variados campos de acção específica.

Da mesma maneira à uniformização dos procedimentos técnicos e metodológicos rumo à uma homogénea unidade de pensamento e acção bem como a necessidade de garantir o fortalecimento da capacidade de organização das actividades sociais como a promoção de incentivos de actividades recreativas e desportivas, minimizando as principais dificuldades que enfrentam a maior parte dos membros e quadros dos Serviços de Segurança e consequentemente a melhoria da qualidade de vida.

## **1.2. GÉNESE DO MINISTÉRIO DO INTERIOR**

A Polícia Nacional tal como a conhecemos hoje, teve origem na antiga Polícia de Segurança Publica (PSP) de Angola, principal força de segurança pública durante a administração Colonial. Com a independência em 1975, a então PSP, é reformulada sendo-lhe acrescida membros dos corpos de polícia vinda dos movimentos políticos, dando origem à *Polícia Popular de Angola*.

Em 1978, o Governo empreendeu medidas importantes no sentido de integração, sob o mesmo domínio do aparelho de estado dos diferentes órgãos que tinham por missão a manutenção da ordem interna. Assim, foi criada a Secretaria de Estado da

Ordem Interna, tendo sido transferido para a sua dependência os serviços seguintes:

1. O Corpo de Polícia Popular de Angola (CPPA);
2. Do Ministério de Justiça: a Polícia Judiciária e a Direcção de Serviços Prisionais;
3. Do Ministério dos Transportes e Comunicações: a Direcção dos Serviços de Viação e Trânsito e o Corpo de Guardas Privativos dos Portos, Caminhos-de-ferro e Transportes Aéreos;

A 22 de Junho de 1979, o Governo extinguiu a Secretaria de Estado da Ordem Interna e criou o Ministério do Interior. Daquela data o recém Ministério criado teve de adaptar-se as transformações socio-políticas verificadas no País bem como outras que foram ocorrendo a nível dos órgãos da administração do Estado. Desde então o Ministério sofreu e continuará a sofrer mudanças para que possa transformar-se num órgão dinâmico capaz de responder adequadamente às demandas sociais e adaptar-se a estrutura que melhor responda aos desafios da modernidade.

### **1.3. ENQUADRAMENTO DO MINISTÉRIO DO INTERIOR NA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA ANGOLANA**

Em Angola, os serviços de segurança nacional foram institucionalizados pela Assembleia Nacional através da adopção da Lei nº-12/02 de 16 de Agosto.

A Lei de Segurança Nacional é um instrumento jurídico que define as competências dos serviços de segurança em Angola e, de forma específica, define as características específicas de cada órgão.

### 1.3.1. CONCEITUALIZAÇÃO

O Ministério do Interior, abreviado, “MININT” é um Departamento Ministerial que tem múltiplas missões e, é responsável de modo geral em propor, formular, coordenar, executar e avaliar a política do Governo relativa à manutenção da ordem interna e da segurança pública, bem como assegurar a inspecção e a fiscalização da actuação e desenvolvimento da administração.

Tem na Polícia Nacional, como o seu órgão executivo central, e está dotado de forças militarizadas e serviços a qual assegura a tranquilidade e ordem pública. É constituído por outros serviços que complementam a sua actividade entre eles destacamos os seguintes:

- a) Os Serviços de Investigação Criminal (SIC), responsáveis por investigar todos indícios criminais que cheguem ao seu conhecimento e adoptar meios de prevenção e repressão da criminalidade organizada ou não, cometidos contra as pessoas e organizações assim como competência para efectuar detenções, revistas, buscas e apreensões nos termos da lei;
- b) Os Serviços de Migração e Estrangeiros (SME) têm como função a execução de políticas e medidas legislativas relacionadas ao trânsito, entrada, permanência, residência e saída de cidadãos estrangeiros no território nacional, o combate ao tráfico de seres humanos, fazer o controlo do movimento de pessoas através das fronteiras terrestres, marítimas, fluviais, aéreas, a emissão e controlo do passaporte nacional. Visa o combate a ilegalidade migratória e regular os fluxos migratórios legais de pessoas, isoladamente e, em colaboração com as autoridades nacionais e internacionais.

O Serviço de Migração e Estrangeiros é dirigido por um chefe com a categoria de Director Nacional, coadjuvado por um Director Nacional Adjunto.

c) OS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS (SP)

A quem compete executar medidas privativas de liberdade determinadas pelas autoridades judiciais, executar medidas de reabilitação e reinserção social dos reclusos garantir o exercício dos direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos;

d) OS SERVIÇOS DE PROTECÇÃO CIVIL E BOMBEIROS (SPCB)

Que são responsáveis por coordenar as actividades de prevenção e socorro em casos de calamidades naturais, inundações e extinção de incêndios, socorros a naufragos, acidentes ferroviários e de viação.

e) GABINETE JURÍDICO DO MINISTÉRIO DO INTERIOR

O Gabinete Jurídico é o serviço de natureza transversal, responsável pela execução das medidas de carácter legislativo em todos os domínios de actividade do Ministério do Interior cabendo-lhe prestar apoio técnico ao Ministro e aos demais serviços internos. O gabinete jurídico é dirigido por um Indivíduo com a categoria de Director Nacional.

f) GABINETE DE ESTUDOS, INFORMAÇÃO E ANÁLISE

O Gabinete de Estudos, Informação e Análise é um órgão ao qual incumbe observar e recolher os dados relevantes e de interesse para a segurança interna do Estado e para ordem e tranquilidade públicas, em especial os de âmbito operativo, tratamento e posterior informação ao Ministro do Interior. O gabinete de estudos, informação e análise é dirigido um Director Nacional.

g) GABINETE DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO

O Gabinete de Intercâmbio e Cooperação é o órgão que se encarrega de promover e seguir o desenvolvimento das relações de cooperação com outros organismos nacionais e estrangeiros, a análise e o

tratamento dos acordos internacionais ou bilaterais, assegurar a participação dos serviços e Direcções do MININT em eventos nacionais e internacionais e assegurar os contactos com Instituições internacionais análogas, celebrando acordos bilaterais de cooperação e especialidade técnica, garantindo sua correcta aplicação.

O Gabinete de Intercâmbio e Cooperação é dirigido por um Director Nacional.

É neste panorama histórico que se apresentam os factores de natureza jurídico-constitucional e as mudanças sociopolíticas e administrativas que o Ministério do Interior de forma dinâmica vem adoptando desde o Governo de transição até o momento.

Actualmente são consideradas tarefas específicas do MININT as seguintes:

- Aperfeiçoar os métodos de actuação em todos os procedimentos de acção policial e não só;
- Elevar a capacidade dos membros para criação de anteprojectos de gestão da documentação do MININT;
- Cumprir e fazer cumprir a constituição e toda a legislação vigente;
- Observância dos princípios da proporcionalidade, imparcialidade, neutralidade e da necessidade da proibição dos excessos;
- Trabalhar no sentido de aumentar a sensação de segurança dos cidadãos na sua vida quotidiana;
- Diminuir os actos de violência humana, desencorajando os seus mentores;

- Absorver com êxitos os resultados da cooperação que o MININT tem com Instituições análogas;
- Elevar as acções de âmbito social, dando protecção às crianças, órfãs de guerra, as viúvas e os incapazes.

O MININT está directamente envolvido no programa de fomento da produção nacional e na luta contra a pobreza, pelas razões seguintes:

- Manutenção da ordem e a segurança públicas, a protecção de pessoas e bens por meio da adopção de medidas que permitam uma maior eficácia na prevenção e combate contra o criminalidade e a violação;
- Promoção da redução dos níveis de violência, estimulando o civismo e a tolerância, como também actividades educacionais que melhorem o comportamento e a relação entre os agentes da autoridade e os cidadãos;
- A adopção de medidas que valorizem e estimulem a acções das famílias, das escolas e de associações cívicas na luta contra todas as formas de violência que possibilitem maior consciencialização em matéria de direitos, deveres, liberdades e garantias dos cidadãos;
- Fomento da imposição da ordem no exercício da actividade económica, por meio do desmantelamento das redes de contrabandistas, falsificadores de moeda e expatriação ilegal de capitais, como também as companhias e empresas que levam a cabo processos de monopólio dos bens e serviços propiciando a especulação;
- Promover a restauração da ordem nas áreas de reserva e produção de diamantes e outros minerais estratégicos em coordenação com o Corpo de Segurança de Diamantes e outras forças afins que têm como missão a



fiscalização das actividades minerais e de lutar contra o garimpo e contrabando e tráfico ilícito de diamantes (TID);

➤ Adopção de políticas de controlo de imigração, que previnam potência choques inter-étnicos e rracos que possam advir na integração de estrangeiros residentes em território nacional;

➤ Desenvolvimento de vínculos entre o serviço de migração e estrangeiros e a inspecção-geral do trabalho com o propósito de fiscalizar o cumprimento dos procedimentos legais para os estrangeiros que pretendem desenvolver actividade laboral;

➤ Controlar as áreas das reservas florestais bem como a produção de madeira, de modo racional combatendo o abate indiscriminado e a exportação ilegal de madeira;

➤ A luta para a protecção e o controlo das fronteiras do País, principalmente do lado norte e nordeste;

➤ Organização efectiva dos serviços de investigação criminal, serviços penitenciários e serviços de migração e estrangeiros;

➤ Trabalhar directamente para influir e tratar de absorver os efeitos imediatos:

✓ A luta contra a delinquência em todas as áreas, principalmente a delinquência juvenil, o tráfico e consumo de drogas, o tráfico ilícito de diamantes, a lavagem de dinheiro entre outros;

✓ A luta contra o tráfico e outras ilicitudes;

- ✓ Luta contra todas as formas de extorsão (Crime organizado).

Outros dos objectivos da participação directa das forças do MININT são, a estabilização e segurança ao longo da fronteira com a República Democrática de Congo devido a problemas criados pelas forças invasoras da Região dos Grandes Lagos (RGL), assim como o surgimento de grupos armados internos, contra a República do Congo Democrático e/ou seu Governo. Convém salientar que qualquer instabilidade na vizinha RDC, é transversal a Angola devido a extensão fronteiriça com o nosso País, daí a necessidade da prontidão das nossas forças e meios.

#### **1.4. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR**

No Ministério do Interior encontramos funcionários civis e forças militares, com formação técnica especializada adequada para suas missões. Está em fase de conclusão um programa traçado pelo MINIT, que visa uniformizar os funcionários acabando deste modo com os chamados funcionários civis na sua estrutura, através de um processo de formação e integração em carreiras específicas.

Os Cargos de Direcção e chefia são providos com base em comissão de serviços e nos termos das disposições do *Decreto presidencial nº 209/14 de 18 de Agosto*, observando os pressupostos da gestão de recursos humano entre-os elementos que mostrem habilidades de organização, mérito e experiência profissional na administração pública.

O provimento do restante pessoal faz-se nos termos das leis gerais da função pública e do regime estabelecidos nos diplomas orgânicos de cada serviço.

### **1.5. ESTRUTURA E CONTEXTO ACTUAL DO MINISTÉRIO DO INTERIOR**

A situação de guerra que o país viveu até muito recentemente, forçou o Ministério do Interior a prestar mais atenção aos esforços de guerra, passando para segundo plano a sua missão específica, não é de estranhar portanto que haja algum défice de pessoal com qualificação específica e, em número suficiente para os desafios que a corporação enfrenta.

Nesta fase em que o país faz um esforço para reconstrução das infra-estruturas destruídas pelo conflito, o governo de Angola conta com todas as forças vivas da nação incluindo naturalmente o Ministério do interior.

Em função da nova realidade jurídica e política do país o Ministério do Interior pode e vem assumindo com profissionalismo outras missões que lhe vão sendo atribuídas, para além suas missões específicas.

Portanto, impõem-se com maior precisão, a necessidade de formação e actualização profissional como factor de desenvolvimento humano e a aquisição de meios apropriados a fim de levar a cabo com efectividade e eficácia as missões estratégicas seguintes:

- Defender a soberania nacional, a integridade territorial e assegurar a ordem legal e constitucional do Estado democrático de direito;
- Participar na construção da paz e, em particular na paz social, reduzindo a pobreza e fomentando polos de desenvolvimento produtivos a fim de melhorar a dieta das forças;
- Cuidar da melhoria e o progresso da segurança e autoridade constitucional do estado, como condição para garantir a ordem e a tranquilidade públicas, na investigação e instrução dos processos crimes, prevenir com perseverança e reprimir as manifestações criminais de natureza

diversa, bem como a garantia de segurança aos membros dos órgãos de soberania, o corpo diplomático, objectivos económicos e estratégicos,

- Participar nas tarefas de restauração da administração do estado em todo país e a realizar o controlo das fronteiras e o fortalecimento da reconstrução nacional,
- No campo da educação é necessário dar uma formação básica especializada aos funcionários nas diferentes áreas operativas do Ministério do Interior.

## **1.6. COMBATE AO CRIME MIGRATÓRIO**

Não obstante as adversidades enfrentadas pelo estado Angolano, desde a assinatura de acordos de paz em 2002, Angola alcançou um crescimento económico notável que estimulou a imigração para o país. Depois das ondas migratórias massivas e o deslocamento interno forçado durante a guerra civil intermitente de mais de 27 anos, actualmente há fluxos migratórios complexos no País, números crescentes de imigrantes alguns legais e muitos ilegais.

Regra geral os imigrantes vêm a procura de melhores condições de vida e outros de protecção internacional, sem contar com o regresso espontâneo de cidadãos nacionais que viviam na diáspora na condição de refugiados especialmente nos países vizinhos e que regressaram ao país espontaneamente com os números a rondar as 1.756 famílias (controladas pelo SME e MINARS), provenientes da África do Sul, Congo Democrático e Zâmbia, que à sua chegada confundem a estatística dos migrantes. Destes, muitos são menores não acompanhados e alguns são vítimas de maus tratos entre outras violações.

## QUADRO nº 1 - Resumo geral do movimento internacional de passageiros

Entradas Dif/ 014			Saídas Dif/ 014	
Nacionais				
Aéreo	240.082	47.175	235.357	42.713
Marítimo	02	01	02	=
Terrestre	182.869	52.524	211.882	138. 183
Total	422.953	99.700	447.241	95.470
Estrangeiros				
Aéreo	488.234	112.638	587.333	42.713
Marítimo	150	142	113	=
Terrestre	112.851	37.038	108.328	138.183
Total	601.235	75.742	695.774	12.205

Fonte: SME/2014

Os Serviços de Migração e Estrangeiros em 2012, começaram a fazer o registo e tinham já o controlo dos cidadãos residentes fronteiriços. Hoje com uma margem muito reduzida de erro, estima-se que existam cerca de 316.574, cidadãos residentes fronteiriços, destes 311.580 são cidadãos nacionais e 4.994 são cidadãos

estrangeiros, destes cerca de 1.232 possuem o cartão de residente fronteiriços ou passe de travessia (CRFPT).

Numa perspectiva sociológica, as migrações são consequências da crise neoliberal contemporânea. No contexto do actual sistema económico, verifica-se o crescimento da economia sem aumento da oferta de empregos. O desemprego passa a ser uma característica estrutural do neoliberalismo e as pessoas então, imigram em busca fundamentalmente de trabalho. Isto verifica-se tanto no plano interno como internacional.

No processo do progresso económico e o desenvolvimento social a procura do lucro é tanta que todos os bens, objectos e valores são passíveis de transação tais como a educação, prostituição, *o tráfico de órgãos humanos, etc.* Não é ilógico afirmar que o homem deixou de ser mero comerciante e ele mesmo transformou-se num objecto de comércio “mercadoria” como tal, susceptível de ser vendido a grosso ou retalho. Este é somente um dos vários problemas que surgem com a imigração principalmente a ilegal.

Para responder a estas questões o Ministério do Interior de Angola criou a “*comissão de políticas migratórias*” para desenvolver estratégias com o propósito de fazer frente aos desafios actuais com que nos confrontamos. Atendendo a que muitos dos problemas enfrentados pelos estados modernos começam pelas fronteiras, pois, é a partir delas que entram e saem as pessoas e bens, e por isso, não é exagero multiplicar esforços na modernização e controlo dos fluxos fronteiriços.

O controlo migratório em Angola ainda inspira muitos cuidados, numa altura em que o país continua a ser encarado como uma espécie de el dourado para muitos estrangeiros na busca de condições de vida, trabalho e negócios. Até aqui nada mal, desde que sejam seguidos os procedimentos legais para entrar e permanecer no nosso país.

A realidade migratória crescente que o país regista, a paz e a estabilidade política e económica, fazem de Angola uma rota inevitável quando se trata da busca de melhores condições de trabalho e negócios em África.

As nossas representações diplomáticas estão abertas e disponíveis para processamento e expedição de todo tipo de vistos que habilitam o estrangeiro a entrar, trabalhar e viver no país. Os balcões do SME no país estão inteiramente disponíveis para atender todos aqueles que solicitarem os seus préstimos.

Os cidadãos estrangeiros que escolherem Angola à procura de melhores condições de vida, trabalho e de fazer negócios são bem-vindos sempre que o façam com observância das leis e normas de migração vigentes no País. Nós acreditamos que estes cidadãos que vivem legalmente em Angola são o exemplo claro de que, quem pretende entrar e permanecer temporariamente em Angola pode e deve cumprir com os pressupostos legais a semelhança do que é feito em qualquer parte do mundo. Estes cidadãos estrangeiros servem como uma referência aos seus compatriotas no momento de decidirem entrar no território nacional.

Infelizmente em Angola, a imigração ilegal tende a ser organizada, na medida que existem grupos que se convencionou chamar por "comité de recepção" de estrangeiros. Os grupos actuam a margem da lei recepcionando cidadãos estrangeiros que entram no país ao arrepio da lei cujo número varia conforme o local de entrada e o objecto visado, vinculados a crimes transnacionais como o tráfico de pessoas e drogas que potencializam o crime e fragilizam a economia nas sociedades afectadas "*Relatório do SME 2014*".

Em Angola, estes grupos são e continuaram a merecer atenção das autoridades que supervisionam a migração, responsabilizando todos os intervenientes principalmente os nacionais que impulsionados por interesses económicos tornam-se parte ou colaboram para a imigração ilegal.

Trata-se de uma realidade vivida com maior intensidade nas províncias limítrofes onde o aliciamento é mais agressivo, tais como a província do Cunene a Sul, a leste nas províncias das Lundas Norte e Sul, a Norte com as províncias do Zaire e Cabinda, sem esquecer que quase sempre, Luanda é o destino final. A imigração nas províncias das Lundas Norte e sul tem uma característica específica, porquanto cerca de 95% dos que acorrem aquelas localidades estão associados ao garimpo e tráfico ilícito de diamantes (TID), sendo que, os comités ali instalados geram milhões em divisas todos os anos.

A Polícia Nacional, através do seu Comando de Polícia de Guarda Fronteira, está a fazer um grande esforço para manter as fronteiras nacionais protegidas, mas é uma tarefa gigantesca, dada a grande extensão fronteiriça das Províncias de Cabinda e Zaire assim como das Lundas Norte e Sul, com as Repúblicas Democráticas do Congo e do Congo (Brazzaville), que têm mais de 2.500Km (dois mil e quinhentos quilómetros) de extensão, com uma floresta tropical muito densa que impede a sua cobertura total e efectiva não obstante os esforços das autoridades.



## QUADRO nº 2 - Postos de Fronteira Aérea Terrestre, Marítimos e Fluviais

TIPOLOGIA		OPERANTES	INOPERANTES	TOTAL
POSTOS DE FRONTEIRA	Aérea	19	01	20
	Marítima	24	10	34
	Terrestres	8	00	08
	Fluviais	08	15	23
POSTOS DE TRAVESSIA	Terrestres	09	13	22
	Fluviais	08	21	29
<b>TOTAL</b>		<b>76</b>	<b>60</b>	<b>136</b>

Fonte: SME/2014

Existe em Angola cerca de 136 (Cento e trinta e seis) postos fronteiriços previstos, destes até ao momento apenas 76 (setenta e seis) estão instalados e, em funcionamento efectivo, equivalente a uma cobertura de 55,88%.

Porém, mesmo os que funcionam, existe a necessidade de se garantir o apetrechamento com meios materiais assim como maior preparação e capacitação das forças que intervêm na segurança das nossas Fronteiras.

Cabe assinalar que com os meios instalados os resultados obtidos ainda são insuficientes para fazer face a estes comportamentos complexos criminais que são manifestados pelos imigrantes. Daí ser fundamental uma atenção especial a

formação técnico-profissional, a superação e capacitação dos quadros do Ministério do Interior encarregues de prevenir e combater os crimes organizados em especial os praticados por imigrantes.

## CAPÍTULO II

# **CONCEPÇÃO METODOLÓGICA DO SISTEMA DE SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA OS QUADROS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR DA REPÚBLICA DE ANGOLA**

## 2.1. TEORIA DOS SISTEMAS SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A tese que se defende, desde a sua concepção metodológica se apoia nos pressupostos teóricos das leis de direcção, tratadas pelo *Doutor J. A. Bringas*, a teoria dos sistemas e a teoria dos sistemas de capacitação e superação assumidas pela *Doutora Júlia Añorga* e colaboradores, desde a pedagogia.

No entanto para o estudo da teoria dos sistemas e a sua aplicação na investigação científica, uma vez que se considera como uma expressão explícita do que havia declarado *Afanasiev* acerca das relações que se estabelecem entre os componentes de todo o sistema, seria então oportuno precisar algumas ideias ou critérios que se assumem desde a sistematização realizada por estes investigadores sobre a teoria dos sistemas.

A atenção prestada ao enfoque sistémico, responde a uma necessidade como declara *Afanasiev, V. G. (1983)*, resulta "...dos avanços da ciência contemporânea, das tarefas cada vez mais complicadas e diversas que se abordam da ciência e a prática, cada dia, cada hora." (1)

Para considerar o carácter sistémico como requerimento do funcionamento do sistema de capacitação e superação, precisa-se de recorrer à teoria geral de sistemas (TGS) abordada por *Ludwing Von Bertalanffy em 1945*. Esta teoria, oferece um marco conceptual que possibilita analisar desde seu principal conceito de sistema às interdependências lógicas e metodológicas que são determinadas entre os elementos do sistema de capacitação e superação.

O conceito de sistema foi amplamente tratado na literatura especializada. *Afanasiev, V.G. (1975)*, referindo-se aos sistemas integrais, precisou as características essenciais, as qualidades estruturais, funcionais, a composição, a estrutura dinâmica e o carácter da interação com as condições externas (2). *Carnota. O. (1981)* definiu como "...Um todo e como tal é capaz de possuir propriedades e resultados que não é possível achar em seus componentes vistos de

forma isolada. Tudo isso é o complexo de elementos, propriedades, relações e resultados que se produzem em determinadas condições de espaço e tempo e, em contacto com o ambiente." (3)

*Diaz Llorca, C. (1989)*, entre outros elementos afirma que, num sistema "...se estabelecem determinadas relações...e produzem como efeito, uma série de qualidades que não estão presentes em nenhuma das partes que a compõem..." (4) e precisou que essas relações são no essencial do sistema. *Lara, L. F. (1990)* define-o como "...um conjunto de elementos que cumprem três condições, os elementos estão relacionado entre si, o comportamento de cada um dos elementos afecta o comportamento de todos, a forma em que o comportamento de cada elemento afecta o comportamento de todos, dependendo pelo menos de um dos demais elementos. (5)

*Alonso, S. (2002)* a partir da definição que oferece *Samoura, K (1999)* faz uma análise sobre uma precisão que este autor introduz no conceito, quando diz: "...o sistema não é somente um conjunto de componentes e propriedades cujas relações e interações geram uma qualidade nova integradora, mas também de carácter funcional ou a funcionalidade e a interfuncionalidade entre os componentes integrantes." (6)

Assumindo esta definição, *Alonso, S.* conclui afirmando que "... Existe um componente essencial em todo sistema, para qual a literatura especializada nem sempre oferece atenção que se requiere, seu sistema de funcionamento determinado pelo modo em que, entre seus componentes ou partes produzem relações e interacções funcionais, das quais emanam a qualidade resultante de todo sistema." (7)

O sistema de superação e capacitação dos especialistas e agentes do serviço migratório, ao que se sabe é a primeira experiência deste tipo em Angola, surge para dar resposta as necessidades crescentes de elevar a qualidade teórica, técnica

e prática destes para o desenvolvimento eficiente do seu desempenho profissional e humano.

Conjuntamente com o papel acelerado do homem na economia, a produção e na Direcção, se evidenciou a necessidade de se alcançar a integralidade na formação, superação e capacitação dos recursos humanos qualificados, dando resposta às questões seguintes:

- *Quem deve superar-se?*
- *Em que deve superar-se?*
- *Como deve superar-se?*
- *Quando deve superar-se?*

Conformam-se assim a partir destes pressupostos, as regularidades que dão corpo à teoria dos sistemas de superação e capacitação.

Na aplicação prática desta teoria e sua metodologia, foram identificados como condições necessárias para fazer o desenho, execução e controlo do sistema de superação e capacitação as seguintes:

- Desenvolvimento quantitativo e qualitativo da força qualificada e utilização dos processos produtivos e dos serviços;
- A complexidade dos processos produtivos e dos serviços, a partir da aplicação dos resultados da ciência e a técnica;
- Interesse das autoridades (os Governos Centrais e Províncias, administrações municipais e autarquias locais).

A partir destas precisões teóricas e metodológicas pode-se afirmar que a superação e capacitação para os agentes e especialistas do serviço migratório em Luanda, Angola, são essenciais para alcançar um sistema de prevenção com um trabalho

coerente e óptimos resultados do ponto de vista da qualidade que permite um bom funcionamento dos serviços.

No processo de sistematização realizado no trabalho científico das *Dras. María Luísa Santiesteban* (2003-45), *Maria Teresa Ferrer Madrazo* (2004-34) e *Júlia Añorga Morales* (2005-23), permitirão ao autor conhecer para alcançar um sistema de superação e capacitação que possibilite o desenvolvimento individual no caso do que se ocupa esta investigação dos agentes e especialistas do serviço migratório em Luanda, as ideias seguintes:

- A motivação profissional, a entrega, a dedicação, o amor, a veemência, a persistência, optimismo, as capacidades projectivas, a confiança em si mesmo, o reconhecimento da comunidade, a oportunidade para o debate com outros peritos nos assuntos de direito e de serviços de inteligência;
- Diagnóstico tanto na ordem quantitativa, como qualitativa dos recursos humanos em correspondência com os níveis de desenvolvimento socioeconómico que contribui para elevar o nível de conhecimento por parte dos factores participantes no processo de Direcção do programa de superação e capacitação;
- Unidade das acções encaminhadas à organização e desenvolvimento do profissional dos recursos humanos com carácter flexível, dinâmico, coerente e racional, livre de esquemas, dogmas e trâmites burocráticos.

As ideias reitoras anteriores constituem padrões necessários para o desenho e posterior estabelecimento das formas de superação e capacitação, *Júlia Añorga e A. Júlia del Touro* em 1994 e posteriormente em 1996, haviam estudado, validado e reformulado essas formas. Elas fundamentaram a partir do valor metodológico do enfoque de sistema na concepção e desenvolvimento da superação e capacitação

dos recursos profissionais e humanos, o que é considerado pela *educação avançada* como elementos essenciais que se definem como:

- Os enfoques tendem a reunir e organizar o conhecimento com vista alcançar maior eficiência. Esta metodologia permite a intervenção em situações educativas consideradas como um sistema e nas relações que elas têm no seu contexto, isto pressupõem a descrição da situação, explicação dos objectivos, identificação de um ou vários pontos críticos, determinação do modo de intervenção, elaboração das estratégias que têm em conta interações conhecidas entre as instituições, participantes e o contexto social." (8)

O emprego do enfoque sistémico na concepção das formas de superação e capacitação, constitui uma necessidade que visa responder às exigências cada vez mais elevadas que se projectam aos agentes e especialistas do serviço migratório em Luanda, Angola.

O estudo da forma de superação e capacitação, seu comportamento, ractifica-se como um duplo processo pedagógico de produção de conhecimentos e valores (académico). Este processo está condicionado pelo desenvolvimento e a própria participação do homem na vida produtiva, jurídica, social, educacional e cultural, que influencia o conhecimento, habilidades, hábitos, convicções, sentimentos e comportamentos.

As formas não académicas são desenhadas em diferentes níveis de profundidade, certificando-se dos conhecimentos e habilidades alcançadas, tais como:

- Trocas de experiências, intercâmbio de conhecimento, consultorias, estágios, entrevistas, viagens de instrução, conversa exploratória, avaliação e interpretação do trabalho humano e da natureza, tutoria, os seminários, produção científica, conferências, entre outros.



Dentro das diversas formas de superação e capacitação existentes, *o autor no trabalho seleciona* dois tipos, **o académico** e **não académico**, que permitem a flexibilidade necessária para o desenvolvimento profissional dos agentes e especialistas do serviço migratório em Luanda, para um melhor desempenho. Para o desenvolvimento da investigação, *o autor assume a definição de profissionalismo e desempenho profissional como sendo um processo pedagógico sistemático, consciente que produz uma mudança contínua, ascendente e se manifesta no desempenho profissional, se caracteriza por um grau de motivação e eficiência no emprego de conhecimentos, métodos, formas e tecnologias dentro dos múltiplos campos de actuação dos agentes e especialistas do serviço migratório em Luanda.*

Desempenho Profissional, entende-se como sendo a idoneidade educacional do quadro para executar as acções próprias das funções e do cargo que ocupa de onde se reflecte o domínio político, ideológico, jurídico-legal, técnico-profissional e ético – humanista, que lhe permite ter um conhecimento de acordo com as prioridades do trabalho no sector dos serviços migratórios, segundo as exigências do trabalho que desempenha.

No novo contexto em que se desenvolve o desempenho profissional dos agentes e especialistas do serviço migratório em Luanda (Angola), estão-se produzindo mudanças transcendentais nas políticas migratórias do país. Estas mudanças acontecem mais rapidamente do que se supõe, pelo que se acha necessário a visualização do contexto onde se desenvolve o processo de melhoria profissional e ética-humanista destes profissionais.

A análise das concepções teóricas sobre a direcção científica dos serviços migratórios e de inteligência, a *educação avançada*, a teoria dos sistemas e dos sistemas de superação e capacitação, permitiram relacionar os elementos das diferentes teorias para aprofundar o objecto de investigação diga-se, o desenho do sistema ou metodologia de superação e capacitação que se propõem, para o qual

se teve em conta um conjunto de considerações entre as quais se destacam as seguintes:

1. A Direcção actual do processo de superação e capacitação que se quer levar a cabo no Ministério do Interior para ser capaz de fazer frente às mudanças no plano da educação jurídica aos membros dos serviços de inteligência e dos serviços de migração e estrangeiro, os agentes e especialistas do serviço migratório de Luanda, estão desenvolvendo já que esta Direcção é portadora de todas informações que a sociedade reivindica a esta Instituição,
  2. No processo de superação e capacitação dos agentes e especialistas do serviço migratório em Luanda é necessário ter-se presente o carácter multivariado das actividades que os mesmos realizam, assim como os diferentes campos de conhecimento que devem conjugar esforços, atendendo às características e contingências do contexto onde eles desenvolvem as acções (Direcções provinciais, municipais, Instituições privadas ou públicas, Institutos ou organismos e as empresas).
  3. As formas de organizar a superação e capacitação têm um peso decisivo nos resultados das mesmas e elas dependem em grande medida do nível dos quadros e especialistas do serviço migratório em Luanda, na seleção dos candidatos, ajustando-se às características pessoais dos sujeitos, ao diagnóstico como processo jurídico e dos serviços de inteligência em que se desempenha, o clima de confiança, suas possibilidades e competências para poder alcançar uma melhoria profissional e ético-humanista.
- Dentro das diferentes formas ou figura de superação, capacitação e autos superação bem como o uso dos meios e tecnologias encontram-se numa posição privilegiada, para a alcançar os objectivos de melhor qualidade de serviços e humana.

- A relação entre o conteúdo da superação e capacitação dos agentes e especialistas do serviço migratório em Luanda e, a actividade prática do seu desempenho profissional constituem elementos essenciais para alcançar um equilíbrio harmónico entre a superação e capacitação (teórico-prática) bem como a avaliação individual e institucional do trabalho que realizam. Para isto é importante a personificação do currículo de cada agente ou especialista em função das necessidades e aspirações.

Como parte dos critérios básicos que devem ser lembradas no mundo da educação permanente e contínua (onde se inclui conceptualmente a superação e capacitação) dos diferentes organismos e sectores da produção e serviços no mundo actual, a sistematização realizada há-de permitir conhecer como se deve ter em conta os pilares da educação no novo milénio referidos pela UNESCO (9), ao dizer que se deve alcançar uma aprendizagem inclusiva tais como:

- *Aprender a aprender;*
- *Aprender a fazer;*
- *Aprender a ser;*
- *Aprender a coabitar.*

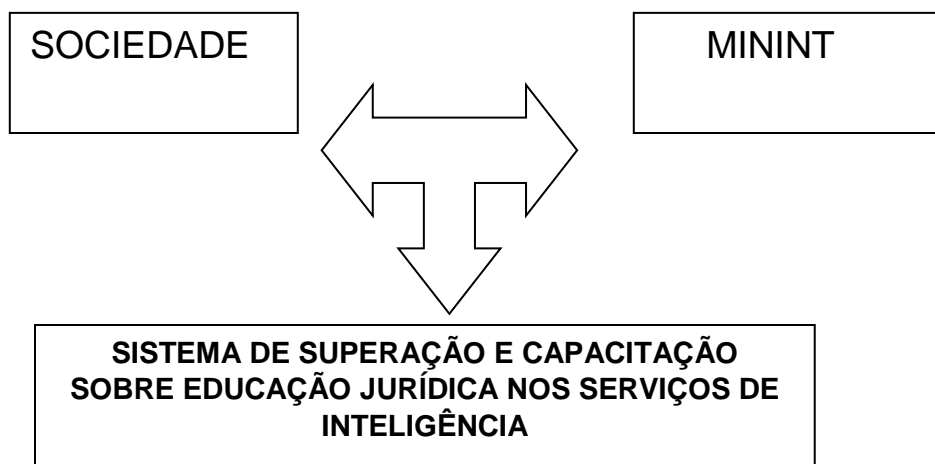
Tomando como ponto de partida estes pilares, para abordar a Educação jurídica nos serviços de inteligência e nos agentes e especialistas do serviço migratório em Luanda na actualidade, a Direcção do Ministério do Interior deverá conceber dentro de sua estratégia de superação e capacitação dos seus quadros o seguinte:

- Centralização e descentralização;
- Unidade e diversidade;
- Quantidade e qualidade;
- Generalidade e especificidade.

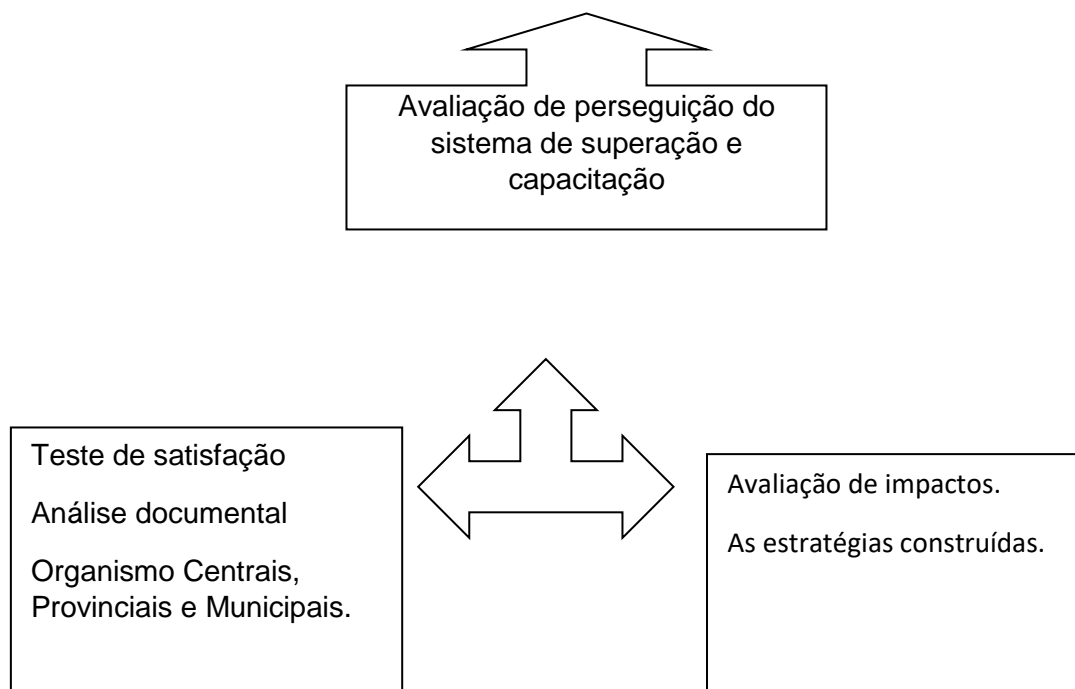
Neste sentido, o sistema de superação e capacitação que se propõe, deverá mitigar tais contradições, tratando de alcançar uma mudança profissional, humana e alternativas de superação e capacitação pelas razões seguintes:

- A Revolução Económica que o mundo está enfrentando, a globalização como processo natural e objectivo, regulado pelos processos políticos onde a educação jurídica e os serviços de inteligências não devem ficar à margem;
- A Revolução Tecnológica, tendo em vista sua concepção mais holística que incorpora o uso dos meios e as novas tecnologias de comunicação (NTC), até a re-conceptuação das funções dos agentes e especialistas do serviço migratório em Luanda;
- A Revolução Científica a partir da investigação, reconhecer que se está a viver numa sociedade de gestão de conhecimentos.
- 

A partir do exposto pode se precisar o seguinte esquema:



	<b>FORMAÇÃO BÁSICA</b>	<b>FORMAÇÃO ESPECIALIZADA</b>
Formas de organização de superação e capacitação	<p>Curso de pós-graduação para especialistas das</p> <p>Direções e organismos provinciais, municipais, seminários dirigidos</p> <p>vídeo-classe</p>	<p>Diplomados</p> <p>preparação jurídica para os agentes dos serviços migratório</p>
Sistema de avaliação	<p>Avaliação sistemática indicações metodológicas.</p> <p>Trabalhos individuais na opinião dos agentes,</p> <p>Relatórios,</p> <p>Exame final</p>	<p>Teses, exemplos de tópicos, estratégias para a educação jurídica nos serviços de inteligência nos município.</p> <p>Estratégias de superação e capacitação para os quadros de direcção do Ministério do Interior.</p>



Um resultado importante neste ponto do presente estudo é determinação dos conceitos de formação básica e formação especializada.

**A formação básica ou complementar** é a base sólida e ampla que é erguida na necessidade de superação e capacitação dos quadros e especialistas do Ministério do Interior e proporciona complementos que não foram recebidos na formação normal.

Em *sentido amplo*, não se conclui com um número determinado de cursos estabelecidos, mas constitui sim um conjunto de elementos que operam como instrumentos para a assimilação de novos conhecimentos e habilidades especializadas. É uma condição necessária para melhorar o desempenho na função, que permite o desenvolvimento das competências intelectuais genéricas para o estudo individual sobre a utilização de informações técnico-científicas sobre o qual se quer decidir quando será necessário o uso de instrumentos, formas dirigidas,

isoladas ou presencias. A formação básica tem um carácter dinâmico, porquanto permite a aquisição de conhecimentos novos e mais complexos.

**A formação especializada** tem em conta a necessidade individual do sujeito e a sua inserção com o meio onde trabalha (político, científico técnico, produtivo ou cultural).

Para se obter uma formação especializada e coerente, devem estar presentes os elementos seguintes:

- Uma determinação de necessidades de qualidade que atinge os interesses individuais e a relevância social;
- Uma formação básica sólida;
- Um projecto coerente de solução alternativa.

Um estudo comparado por nós efectuado, determinou o uso constante das práticas educacionais imersas em correntes pouco criativas e apropriadas para tarefas diárias que comportam a maioria dos casos estudados, confirma que nas formações de superação e capacitação de quadros, seria ideal a adopção de metodologia diferente para alcançar melhores resultados. Isto quer *dizer de que muitas entidades (políticas, docentes, científico, administrativo, produtivo e de serviços) persistem em conformar os projectos de superação e capacitação dos recursos de trabalho, a partir das ofertas que recebem*, quando realmente a oferta educacional de (cursos, seminários, mesas redondas, fóruns, treinos, mestrados e outras formas) que são os resultados da investigação científica (entende-se a produção intelectual incluída), de um grupo de professores- investigadores que também introduzem os resultados científicos avançados que se justificam plenamente, como garantia para a elevação do nível técnico-científico e pedagógico das sociedades no seu conjunto, esta constitui uma via rápida para "introduzir resultados" (conhecimento, métodos, meios tecnológicos, etc.)

Dentro destas formas não académicas de superação e capacitação comuns para todos os recursos humanos, encontram-se, a autossuperação, conferências, entrevistas, seminários, o intercâmbio, apreciação de obras, consultorias, experiências, tecnologias e instrumentos. Estas formas possibilitam a aquisição, ampliação, melhoria contínua do conhecimento e habilidades básicas e de especialidades requeridas para o desempenho profissional assim como para o desenvolvimento cultural e integral dos sujeitos que se envolvem nestas formações recebendo certificados pela participação e podem apresentar os trabalhos teóricos ou debates práticos como instrumento de avaliação.

As formas académicas que são consideradas figuras superiores são as de pós-graduação e dentro destas encontram-se, os Especialistas, Mestres e os Doutorados.

A figura de especialidade de pós-graduação em particular, tem como objectivo o de proporcionar o aprofundamento ou ampliação dos conhecimentos em áreas particulares de profissionais e afins, desenvolvendo métodos de actuação próprias desta área e, em correspondência com os avanços técnico-científico, as necessidades de desenvolvimento de um país e as exigências dos perfis ocupacionais de onde devem se dedicar. Até 40% dos créditos estão vinculados à investigação e ao desempenho laboral referem-se entre 10 a 20%, ao passo que 50% são para os trabalhos finais, assim como para outras actividades.

Por outro lado, a Forma do Diplomado aparece como proposta na Educação Avançada dentro da Pós-graduação académica, já que possibilita a formação especializada ao propiciar a aquisição de conhecimento e desenvolver habilidades em aspectos de uma área particular da ciência e arte. O diplomado recebe certificado se assistir a 80% das actividades e obtém aprovação na avaliação final que pode ser uma tese ou Monografia.



Das formas académicas, esta última se materializa na proposta para a superação e capacitação dos quadros e especialistas do Ministério do Interior.

O sistema de superação e capacitação proposto para o desenvolvimento da educação jurídica nos serviços de Migração e estrangeiros e de inteligência é tratado também a partir de irregularidades identificadas nos estudos de diferentes autores (*J. Añorga, N. Valcárcel, R. Merida, outros*) e que o autor especifica na sua tese.

Dentro das irregularidades dos sistemas de superação e capacitação podem destacar os seguintes:

- O carácter científico do ensino, a produção intelectual e os níveis de desenvolvimento da educação jurídica nos serviços de migração e inteligência que oferecem;
- O enfoque do sistema, a organização e a adequabilidade da superação e capacitação;
- A vinculação da teoria com a prática e o carácter consciente, a motivação e a actividade independente dos sujeitos envolvidos nas formas de superação e capacitação;
- A correspondência entre as necessidades sociais, as actividades de trabalhos e a superação e capacitação individual;
- A determinação de necessidades de matérias de âmbito jurídicas, técnicas e científicas, das possibilidades internas de satisfação e a preparação dos especialistas dos serviços de inteligência e da migração e estrangeiros.

As competências que se projectam no sistema de superação e capacitação para os quadros do Ministério de Interior e, em especial dos serviços de migração e estrangeiros e de inteligência na sua generalidade são entre outras:

1. *Capacidade para amar a justiça e o seu trabalho*, constitui um dos valores mais significantes que deve possuir um quadro do Ministério do Interior para levar a cabo o seu trabalho. Sem amor é impossível alcançar o desenvolvimento dos recursos humanos a seu favor.
2. *Capacidade de domínio de Si mesmo e auto controlo*, é refletido na necessidade de autocontrolar-se sobre qualquer circunstância, mantendo o domínio de seus sentimentos, seu temperamento, seu comportamento, sua conduta e equidade para encontrar saídas às situações em que está envolvido.
3. *Capacidade académica*, significa alcançar um nível elevado de conhecimentos, ampliando sempre o seu horizonte cultural e intelectual, aprofundando os seus objectivos e actualizá-los em relação aos avanços da ciência e da técnica assim como as experiências em todos os campos e em especial no direito (educação jurídica), dos enfoques sobre os serviços migratórios e de inteligência.
4. *Capacidade para explicar* significa que, o funcionário deve procurar transmitir as suas ideias e fazer com que as mesmas sejam compreensíveis para o colectivo de colegas, sendo capaz de apresentar os seus critérios com clareza e simplicidade, convertendo as coisas difíceis em fáceis, o incompreensível em compreensível, para tal é necessário ter-se conhecimentos de recursos humanos.
5. *Capacidade expressiva e de oratória*- deve-se empregar uma linguagem jurídica de forma simples, clara e precisa, transmitindo informações relacionadas nos diversos campos de actuação. A oratória deve ser utilizada como ferramenta de incitação ou cativação do interesse dos ouvintes.

6. *Capacidade comunicativa* -deve ser uma das qualidades dos quadros do Ministério do Interior para estabelecer uma adequada comunicação com as pessoas que as rodeiam a partir das características colectivas e individuais dos recursos humanos com os quais se relacionam.
7. *Capacidade perceptiva ou de observação jurídica e operativa*, a perspicácia e compreensão acentuada da personalidade em função de possíveis problemas no exercício das funções.
8. *Capacidade de persuasão* é uma característica muito importante no âmbito da liderança que se precisa para os quadros do Ministério do Interior de modos a que o interlocutor ou líder saiba de forma eficaz como convencer outras pessoas para que elas sigam as suas instruções. Não se trata de um acto de conquista, mas sim o de produzir mudanças na percepção colectiva e/ou individual.
9. *Capacidade organizacional*, são as qualidades, ideais que um quadro do Ministério do Interior deve possuir para tornar funcional o processo de direcção e cumprir os seus objectivos a partir da precisão e cumprimento das funções e da sua categoria na base do conhecimento jurídico.
10. *Capacidade política*, é a habilidade de demonstrar, identificar, dominar e explica a sua posição em relação actualidade nacional e internacional, assim como a postura em defesa dos interesses da justiça e do país.
11. *Capacidade científica*, é ter o domínio da investigação, do conhecimento, da busca do desconhecido e a faculdade de aplicar o produto desta investigação na resolução dos problemas que afligem as sociedades.
12. *Capacidade para a superação e capacitação*, entende-se como sendo a assimilação das distintas formas de superação e capacitação empregando os mais diversos métodos, reflectindo-se no auto-didactismo.

13. *Capacidade para o domínio das tecnologias da informação e a comunicação*, é a qualidade de assimilar com relativa facilidade as novas tecnologias de informação em função da sua profissão e de formação que pode ser concretizada à distância.
14. *Capacidade para motivar e elevar a autoestima*, é o emprego de recursos para alcançar e estimular os recursos humanos bem como o seu controlo para elevar a sua autoestima e melhorar os níveis de produção.
15. *Capacidade de controlo e avaliação*, é a qualidade que se reflecte na sistematização e seguimento dos problemas, assim como a sua apreciação.

## **2.2. ESTRUTURA DO SISTEMA DE SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO JUDICIÁRIA DOS QUADROS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR**

O Sistema de superação e capacitação, técnicas e fundamentos para educação jurídica dos quadros do SME e serviços de inteligência contém os elementos seguintes:

- Accionar, modular e regular a organização, execução e avaliação da superação e capacitação dos quadros do Ministério do Interior e o referido pensamento jurídico (normas, resoluções, procedimentos legais, as técnicas e ferramentas de inteligência);
- As estratégias de trabalho para garantir a operacionalização da superação e capacitação durante o ano, deve contextualizar-se desde as modificações, resoluções, circulares, decretos e decretos-lei, que são emitidos;
- Os sistemas de trabalhos de direcção e o conselho de direcção a partir do uso do método de acompanhamento metodológico conjunto, devem diagnosticar as necessidades de superação e capacitação dos quadros do Ministério do Interior desde a base até as estruturas superiores do Ministério;
- O INIS (Instituto de Informação e Segurança) deve conceber programas, que permita a frequência de cursos de formação presencias e a distância, assumindo o uso dos meios das novas tecnologias que se convertem em programas de gestão para mudança na superação e capacitação dos quadros do SINSE e do MININT.

Dentro das características do sistema de superação e capacitação destacam-se as seguintes:

- A satisfação das necessidades de superação e capacitação relacionadas com o desempenho profissional e ético-humanista, tendo

como ponto de partida o diagnóstico dos quadros do MINIT para o conhecimento de habilidades, capacidades e qualidades jurídicas e de inteligência requeridas para um melhor desempenho profissional e humano;

- Envolver os gestores e outros actores de maneira consciente na projecção, execução, controlo e avaliação das actividades, marcando o seu carácter participativo, usando o trabalho independente, fomentando o emprego da auto-avaliação no processo de superação e capacitação;
- Concebera superação e capacitação com enfoque sistémico personalizado;
- Potenciar a superação, capacitação como uma estratégia de desenvolvimento do Ministério do Interior, estimulando a incursão de acções científico-investigativas, como via essencial para resposta aos problemas que registam nas áreas de actuação dos agentes;
- Induzir o emprego de meios e as novas tecnologias de informação científica como uma forte componente na autossuperação e capacitação;
- Reforçar o enfoque multidisciplinar na superação e capacitação profissional.

Neste estudo assume-se como modelo de educação jurídica a teoria defendida pelo Professor *Júlio Jesus Serra Socorro*, na tese de Doutoramento "*A educação jurídica. A Proposta de um sistema de trabalho teórico e metodológico para a formação inicial e permanente de professores primários*" em que se define que "*é um processo consciente de ensinar - aprendendo, de aproximação contínua do direito para apropriar-se do conteúdo político, social, ideológico, deontológico, axiológico, normativo e comportamental, em função da defesa consciente do projecto, por meio do estudo das normas jurídicas e encaminhado à formação ética do cidadão na base da dialéctica dos deveres e direitos.*"

Como parte da sua estrutura, o sistema de superação e capacitação dos quadros do Ministério do Interior, está composto por *quatro cursos*, o primeiro é a: "A superação e capacitação dos quadros do Ministério do Interior na Província de Luanda" tem uma duração de 60 horas com 10 temas dirigidos aos quadros especialistas e agentes técnicos, (Anexo 3).

A planificação deste primeiro curso tem categoria de pós-graduação para os quadros de nível universitário e certifica aqueles que não possuem este nível.

Para o desenvolvimento do curso foram projectadas 10 aulas audiovisuais, ver cronograma, (Anexo 6).

O segundo curso: "*Preparação das estruturas que integram o trabalho preventivo do Serviço de Migração e Estrangeiro* ",tem uma duração de 18 horas com 3 temas dirigidos aos quadros, (Anexo 4). Foram projectadas 3 aulas audiovisuais para desenvolver o mesmo. A planificação deste segundo curso tem categoria de diplomado. (Anexo 6)

O terceiro curso: "*Preparação para os diferentes agentes (Serviço de Migração e Estrangeiro, Serviço de Investigação Criminal)* ", tem uma duração de 12 horas com 2 temas dirigidos aos quadros (Anexo 5). Foram projectadas 2 aulas audiovisuais para desenvolver o mesmo. A planificação do terceiro curso tem categoria de diplomado. (Anexo 6)

O quarto curso é denominado como, "*Escola de quadros*" e tem uma duração de 6 horas com um tema dirigido aos quadros do Serviço de Migração e Estrangeiro. Uma aula audiovisual projectada para desenvolver o mesmo. A planificação deste quarto curso tem categoria de diplomado.

As conferências, debates (seminários) de cada curso, são centradas nas análises através da aplicação de situações problemáticas que contribuam para apreensão

dos conteúdos da educação jurídica e para o sistema de inteligência do Serviço de Migração e Estrangeiro.

A avaliação é concebida pela participação em seminários, perguntas de controlo nas diferentes aulas e de um exame final que se prepara por meio de ingressos obrigatórios e opcionais ou por meio de um exame escrito. (Anexo 9)

Os temas que forem inseridos no Sistema de Superação e Capacitação para os quadros, especialistas e técnicos do Ministério do Interior são descritos em correspondência com as necessidade e debilidades que se detetaram e forem detetadas na execução das suas actividades sobre o conhecimento da educação jurídica no Serviço de Migração e Estrangeiro e os Serviço de Inteligência tais como:

- 1- O sistema político, económico e social do estado angolano;
- 2- O Direito e Ordenamento jurídico angolano;
- 3- As leis e os regulamentos jurídicos;
- 4- Regime o jurídico dos estrangeiros em Angola;
- 5- Os sujeitos de direito e a responsabilidade civil e criminal;
- 6- As violações da legislação penal;
- 7- Administração pública e privada;
- 8- O sistema empresarial e a propriedade privada em Angola;
- 9- A lei de defesa nacional;
- 10-Normas jurídicas do Ministério do Interior que garantem o trabalho preventivo no sistema de migração em Angola;
- 11-A educação jurídica, instrumentos normativos para o trabalho no Ministério do Interior;
- 12-Legislação genérica do Ministério do Interior da República de Angola;
- 13-A lei de nacionalidade (aquisição, perda e reaquisição da nacionalidade);



14-Estrutura e composição dos órgãos de defesa e segurança nacional em Angola;

15-Regulamento do exercício da actividade profissional dos trabalhadores estrangeiros residentes e não residentes em Angola.

O sistema de conhecimento, habilidades e valores que são necessários para estudo que se apresenta exemplifica-se no 2º tema "*O Direito e Ordenamento jurídico Angolano*", do primeiro curso. Esta é a concepção metodológica que se concebeu para os restantes. (Vide anexo 3).

<b>Sistema de conhecimento</b>	<b>Habilidades a desenvolver</b>
O Direito, conceito, características e principais funções.	<p>Analisar o processo do Direito</p> <p>Sistematizar tudo que é concernente aos enfoques sobre o Direito.</p> <p>Aprofundar as características e principais funções do Direito.</p>
O Ordenamento jurídico e o princípio da legalidade, conceitos e características	<p>Caracterizar a estrutura do Ordenamento jurídico.</p> <p>Determinar os aspectos mais importantes.</p> <p>Interactuar em consequência.</p>

O Ordenamento jurídico angolano, estrutura, princípios básicos e hierarquização das disposições normativas.	<p>Caracterizar a estrutura jurídica e as disposições normativas.</p> <p>Determinar os aspectos mais importantes</p> <p>Interactuar em consequência</p>
Importância e principais conteúdos (sobre o sistema político e económico, o indivíduo e o Estado, a organização estatal e o sistema eleitoral), os regulamentos. A defesa das normas constitucionais.	<p>Caracterizar a estrutura da Constituição da República.</p> <p>Determinar os aspectos mais importantes.</p> <p>Interactuar em consequência</p>

### **Estrutura lógica do sistema de conhecimento, habilidades e valores**

<b>Objectivos</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Habilidades</b>	<b>Valores</b>
Caracterizar ordenamento Jurídico angolano, tendo em conta o princípio da Legalidade como sendo um dos princípios	<p>- O que é Direito</p> <p>- O que é ordenamento jurídico.</p> <p>- Sequência do processo</p> <p>- Alcance e situação actual da</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analizar</li> <li>• Sistematizar</li> <li>• Interpretar</li> <li>• Aprofundar</li> </ul>	Consciência da necessidade de existência do ordenamento jurídico

fundamentais	legalidade.		
--------------	-------------	--	--

Objectivo	Conteúdo	Habilidades	Valores
Conhecer a importância da constituição e do ordenamento jurídico. O sistema político, económico e social angolano, assim como os regulamentos das principais Instituições.	A constituição da república  Estrutura e ordenamento jurídico.  Sistema político, económico e social.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterizar</li> <li>• Determinar</li> <li>• Relacionar</li> <li>• Interactuar</li> <li>• Aplicar</li> </ul>	Compromisso Institucional

O Sistema de superação e capacitação dos quadros do Ministério do Interior que se concebe neste estudo, concretiza-se através da concepção e introdução do sistema de aulas audiovisuais. Por via de exemplos apresenta-se a continuação dos manuais elaborados para os temas 3 e 4 que correspondem ao primeiro curso.

## FORMAÇÃO JURÍDICA DE QUADROS

### TEMA 3: A PROPRIEDADE PRIVADA EM ANGOLA, REGULAMENTO JURÍDICO

Imagem	Som
Apresentação	Música
Guia positivo título do tema	Off.
O professor	On Bem-vindo e introdução para o tema
Guia positivo "A propriedade"	Off. Explicação
Imagens da sede central do MININT e das polícias de fronteiras do país	Off.
O professor	On. Explicação e introdução das habilidades no domínio dos meios de proteção direitos reais.
Guia positivo "A faculdade do uso e disposição	Off. A explicação do professor
Imagens de aeroportos e outros contextos de serviço	On. Explicação do professor de diferentes formas de propriedade reconhecidas constitucionalmente em Angola

O professor	Off. Explicação dos direitos reais
Guia positivo característico dos direitos reais"	On. Explicação
As imagens dos agentes em serviço	Off.
O professor	A explicação do professor sobre o Serviço de Migração e Estrangeiro no país
	Explicação sobre o processo de legalização dos estrangeiros no país. Conclusões do tema.
Guia positivo despedida	Off.

## FORMAÇÃO JURÍDICA DOS QUADROS

### TEMA 4: SUJEITOS DE DIREITOS E DEVERES

<b>Imagem</b>	<b>Som</b>
Apresentação	Música
Guia positivo título do tema	Off.

O professor	On. Bem-vindo e introdução do tema
Guia positivo “ O cidadão nacional”	Off. Explicação
Imagem de pessoas desenvolvendo actividade social	Off.
O professor	On. Explicação e introdução dos diferentes conceitos de pessoas, personalidade, sujeitos de direito e capacidade jurídica e de exercício de direitos.
Guia positivo “Os direitos inerentes a personalidade e a capacidade”	Off. Explicação do professor
Imagens de pessoas não nacionais (caracterização)	Off. Explicação do professor das causas que limitam a capacidade jurídica dos cidadãos nacionais e estrangeiros
O professor	On. Explicação sobre o regime jurídico para os estrangeiros
Guia positivo “ A pessoa jurídica “	Off. Explicação

Imagens da Sede do MININT	Off.
O professor	On. Explicação do professor de como se constituem as pessoas jurídicas, sua capacidade jurídica e responsabilidade (civil e criminal)
Guia positivo " A responsabilidade civil"	Off. Explicação
Imagens de aspectos negligentes no desenvolvimento da actividade laboral dos quadros e do Serviço de Migração e Estrangeiro em diferentes contextos de Luanda	Off.
O professor	Explicação e encerramento do tema
Guia positivo " despedida "	Off.

### **2.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS PARCIAIS DO SISTEMA DE SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO JURÍDICA DOS QUADROS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR**

O primeiro curso do sistema de capacitação implementado com a denominação "*A Superação e Capacitação dos Quadros do Ministério do Interior na Província de Luanda* ", foi concebido dentro da investigação como referência para orientar a execução dos restantes cursos do sistema tanto é que, permitiu saber o estado das opiniões dos participantes sobre as formas em que se realizaram, particularmente no uso das aulas audiovisuais e o conteúdo de educação jurídica programada. Este sistema de superação e capacitação deve ser incluído como parte do programa para a formação dos quadros do MININT.

O curso foi dado em três grupos distribuídos da maneira seguinte:

O primeiro grupo, Integrado pelos quadros do Serviço de Inteligência e Segurança do Estado (SINSE) com 41 estudantes, foi subdividido em dois subgrupos, sendo um com 23 estudantes (Quadros da Direção Operativa), e o outro com 18 estudantes (Quadros de Departamentos e Secções)

O segundo grupo Integrado por 100 elementos, todos eles quadros do MININT que estão em formação na Escola Superior de Polícia "*General Osvaldo Serra Vandúnen*".

O terceiro grupo, Integrado por 300 elementos, quadros do Ministério do Interior dos diferentes serviços (Serviço de Migração e Estrangeiro, Serviço de Investigação Criminal, Comando Geral da Polícia Nacional).

Este curso foi recebido por um total de 441 quadros das diferentes estruturas e Direções do Ministério do Interior. Para o desenvolvimento desta superação e capacitação em Luanda, foi oferecido uma preparação metodológica à 20 especialistas em matéria de direito constitucional, através de aulas audiovisuais



para enfrentar a preparação jurídica técnica a fim de superar e capacitar os técnicos, que intervieram nesta preparação que contou com a integração de três tele- professores de diferentes Instituições tais como:

Gabinete jurídico do Ministério do Interior, assessor jurídico do Ministério de Relações Exteriores e o chefe de recursos humanos do Corpo de Segurança de Diamantes.

Os tele-professores receberam uma sessão de preparação integral de cada um dos 15 temas.

Ao ser concebida a estratégia de investigação, foi projectada a aplicação, com carácter limitado para o tamanho da amostra de uma pesquisa, com o objectivo de verificar o estado de opinião na preparação e os conhecimentos jurídicos dos quadros do Ministério do Interior que permitiu alcançar uma visão, com tendência do estado actual ser levado em conta na concepção de um sistema de superação e capacitação em matéria jurídica e de inteligência do serviço de migração e estrangeiros.

A pesquisa foi aplicada a uma amostra de 50 quadros, das diferentes estruturas do Ministério do interior cujos resultados se expõem à continuação. (Anexo 2)

Para a pergunta sobre a importância que representa o desempenho do trabalho profissional e o manuseamento do conteúdo jurídico, 92 % se considerou muito alto e alto por 8%, o que demonstra que potencialmente existe uma predisposição favorável para o estudo dos conteúdos nesta área.

Ao perguntar-se aos quadros entrevistados, se sentem a necessidade de possuir um maior domínio de conhecimentos jurídicos, a maior percentagem manifesta-se favoravelmente.

Ao perguntar-se se, sentiam-se seguros ao tomar decisões sobre matérias de ordem jurídica, a resposta predominante foi satisfatória, embora 1% inferior à 80%, quer dizer, que se comprovado limitações neste aspecto.

A via identificada como a de maior prioridade na aquisição dos conhecimentos jurídicos é a referida na prática do exercício do trabalho e do seu desempenho, ocupando um segundo lugar na formação profissional. Os cursos de superação e capacitação jurídica ocupam o terceiro lugar na seleção dessa entrevista.

Ao referir-se dos cursos de superação e capacitação em que tenha participado destacam-se, os que foram recebidos na Faculdade de Direito do Instituto Politécnico de Kalandula, entre outros.

Os entrevistados manifestaram maioritariamente o seu reconhecimento para as possibilidades das aulas audiovisuais como uma alternativa viável para promover a educação jurídica dos quadros que de alguma maneira se aplicam e inserem no sistema de superação e capacitação que se propõem no presente trabalho.

No que diz respeito às avaliações que receberam periodicamente como quadro do Ministério do Interior e se elas foram assinaladas em algum momento sobre a necessidade de melhorar a sua preparação jurídica, existe uma tendência marcada que lhe fora feita estas observações para serem superadas, o que reafirma a importância do tema. Em todos os casos, é recomendado para elevar a cultura jurídica, para potenciar desde posições científicas ao processo de direção e alcançar a cultura geral e integral para enfrentar os desafios actuais.

Ao perguntar-se, se os entrevistados possuem preparação para superar e capacitar os subordinados sobre fundamentos básicos de ordem jurídica para o trabalho que desenvolvem, a tendência predominante foi qualificada como alto, apesar de existir uma percentagem (10%) que considere como abaixo e muito baixo.

Com respeito à disponibilidade de materiais de consulta, no caso dos quadros da escola superior de polícia “General Osvaldo Serra Vandúnen” se reconhece uma certa carência mas o mesmo não se verificou no resto dos entrevistados, que admitem a existência de publicações especializadas e necessárias.

Sobre as exigências das instâncias superiores para avaliação da educação jurídica, é generalizado o reconhecimento desta, que de alguma maneira constitui um esforço para alcançar este objectivo.

Na grande maioria, esses entrevistados não oferecem um conceito da educação jurídica, apontam alguns elementos e centram as suas respostas no domínio da legislação vigente e particularizam nos instrumentos jurídicos do sector educacional, etc.

Apontaram-se algumas recomendações como as seguintes:

- Sistematizar a superação e capacitação no trabalho com a Constituição da República;
- Elaboração de folhetos que contêm a especificidade do que se deve tratar em cada Direção do Ministério do Interior;
- Dispor de dados na rede de Internet que contém informação actualizada das normas jurídicas de alcance do Ministério do Interior.

Entrevistas para os quadros de Direção do ministério do Interior.

Como resultado das análises feitas às respostas das perguntas contidas no guião de entrevistas (Anexo 1), para 28 quadros de Direção seleccionados como uma amostra representada por, quadros do SINSE 6, da escola superior de polícia “General Osvaldo Serra Vandúnen” 8, da Direção provincial de Luanda 12, chefes municipais 2 com base nisto podemos retirar as seguintes valorações.

De maneira geral ao responderem a pergunta número 1 (um) referida sobre o conhecimento jurídico e o seu desempenho profissional, sobre o estado de opinião de todos os entrevistados está orientado ao reconhecimento do seu domínio do conhecimento jurídico, constitui um elemento essencial para um desempenho profissional pleno do quadro, portanto permite orientar-se com mais segurança na tomada de decisões que têm relação com esta esfera.

Já para as respostas dadas à pergunta número 2 (dois) sobre à importância que foi dada a superação e capacitação jurídica dos quadros de Direção, observaram-se critérios diferentes, embora a tendência predominante seja fazer uma avaliação favorável, para a importância que se atribui, e não tanto deste modo o reconhecimento da implementação de ações nesta Direção.

Sobre as maneiras concebidas pelos entrevistados, a preparação dos quadros para o domínio dos conteúdos jurídicos, pergunta número 3 (três), igual ao que se sucedeu na pergunta anterior, não se evidencia uma avaliação unânime a respeito, em alguns casos se afirma que deveria ser realizado por via de cursos especialmente concebidos para isto, em outros se assinala a necessidade de incorporar esta preparação da formação profissional inicial e o acompanhamento metodológico conjunto como alternativa, podemos dar como exemplos a determinadas respostas dadas. Não obstante, se pode inferir o critério de que com independência e da maneira em que se assume a preparação, esta, tem de estar devidamente planificada, quer dizer, concebida com uma maior sistematização, de maneira que se possa obter a diversidade temática que está na esfera do conhecimento.

Ao perguntar-se aos entrevistados sobre os aspectos de conteúdo jurídico que mais falta lhes faz para o seu desempenho profissional como quadros, indagados a partir da pergunta número 4 (quatro), se evidencia de alguma maneira um conhecimento relativamente limitado acerca desta matéria, contanto que, a maioria dos casos foi

centrado nos documentos normativos, circulares, resoluções, entre outros que regem a actividade do Ministério do Interior e do Serviço de Migração e Estrangeiros. Em número reduzido dos entrevistados, foi possível obter uma maior precisão a respeito, porém não é significativa para levar a cabo uma avaliação mais abrangente. Este resultado não é capaz para de modo algum, ser interpretado como falta absoluta de conhecimentos, em todas as fases do trabalho o instrumento aplicado era um guião de entrevistas e não um teste de conhecimento, o que poderia contribuir uma precisão maior neste respeito.

Em relação à pergunta número 5 (cinco) que se refere sobre as potencialidades das aulas audiovisuais para desenvolver a educação jurídica dos quadros do Ministério do Interior, de modo mais generalizada se pode constatar aceitação favorável. Este resultado poderia ser condicionado, por uma ampla utilização que nos momentos actuais se realiza deste meio *na* esfera educacional e com o qual, os quadros de Direção estão conscientemente comprometidos, como uma alternativa para alcançar com mais coerência a informação que deles se pode conseguir em todo País.

Relativamente as contribuições dos entrevistados, para que o Ministério do Interior pudesse melhorar a educação jurídica dos quadros, a pergunta 6 (seis), os critérios predominantes são os que reconhecem que esta deveria alcançar um nível maior de sistematização, como para a execução prática, oferecendo maior diversidade de vias, como noutros momentos da entrevista se previu. Em alguns casos foi feita referência a aspectos específicos da capacitação, mas sem coincidências significantes.

Na auto avaliação que se levou a cabo aos quadros sobre a preparação que possui em assuntos jurídicos, a pergunta 7 (sete), a tendência geral é considerar isto apropriado, embora reconhecendo criticamente que deveria se aprofundar de modos a melhorar o desempenho profissional da Direção. É importante realçar que

em alguns casos se manifestam de um modo crítico o domínio insuficiente destes conteúdos, que sentem no momento em que têm de tomar decisões que os obrigam a consultas com as instâncias superiores.

A avaliação geral dos resultados obtidos através das entrevistas permitem-nos chegar às conclusões seguintes:

- Existe uma avaliação favorável em relação à necessidade de preparar, superar e de habilitar os quadros com conteúdos jurídicos, como uma exigência de seu desempenho profissional de Direção nas diferentes missões do Ministério do Interior, contanto que, lhes permite alcançar níveis superiores de segurança e qualidade na tomada de decisões vinculadas a esfera de sua actividade;
- De um modo geral mostra-se uma aceitação importante para a instrumentação de alternativas de superação e capacitação na educação jurídica, como por para a elevação do conhecimento que possuem, e que lato senso são considerados insuficiente;
- Em particular, os entrevistados manifestam uma atitude favorável em relação a aplicação de aulas audiovisuais como alternativa para a superação e capacitação na educação jurídica dos quadros do Ministério do Interior, aspecto este da entrevista que sustenta de alguma maneira a decisão, que em ordem investigativa se tomou para o presente trabalho, de conduzir por esta via o sistema de superação e capacitação jurídica.

Estas considerações são oferecidas nas conclusões de cada curso, por meio da verificação preliminar das opiniões dada pelos quadros do Ministério de Interior, atendendo os pontos positivos e os negativos, interessa ainda que o resultado da superação e capacitação recebidas na educação jurídica até o momento estejam inseridos dentro da Estratégia de Preparação de Quadros de Ministério do Interior em Angola.

## CONCLUSÕES

A sistematização realizada nesta dissertação a partir da fonte consultada, unida ao resultado das indagações empíricas, permitiu assumir a tomada de posição teórica metodológica, planificação, organização e estruturação do sistema de superação e capacitação jurídica para os quadros do Ministério do Interior de que:

1. Assume-se para este estudo o enfoque do realismo humanista sobre o direito, o Estado e suas leis, as normas e regulamentos do Ministério do Interior, além disso a teoria dos sistemas e dos sistemas de superação e capacitação, bem como uso de aulas audiovisuais como meio de ensino a ter em conta.

2. Pode-se caracterizar a preparação actual dos quadros do Ministério do Interior e as necessidades de superação e capacitação para enfrentar os desafios da educação jurídica relacionados com:

a) O trabalho com a Constituição da República requer sistematização, análise não só dela mesma, mas também das leis complementares, a consolidação dos direitos e deveres cívicos dos cidadãos, actuação axiológica em correspondência com os valores legislativos promulgados nas leis,

b) O fortalecimento da cidadania para o exercício pleno dos direitos da cidadania e a nacionalidade,

c) A interpretação e aplicação do código de ética e de conduta desde uma visão jurídica para prevenir actos de corrupção e crimes migratórios entre outros assim como a aplicação da lei penal nos casos de violação.

d) Na concepção dos estilos, métodos de Direção que correspondam com as políticas do país plasmadas no regime jurídico dos estrangeiros.

3. O uso de aulas audiovisuais como meio ensino pode ser uma ferramenta pertinente e efectiva para enfrentar um sistema de superação e capacitação jurídica de toda estrutura do Ministério do Interior de acordo com o seu Organigrama,

4. A concepção do sistema superação e capacitação proposto para a educação jurídica, concebeu desde a formação básica e especializada (mestrados, conferências, diplomados) nos quatro cursos converteram-se numa alternativa para potenciar o desempenho dos quadros do Ministério do Interior, assumindo como método de trabalho permanente o uso das legislações, resoluções e outras normas jurídicas,

5. Como resultado da consulta realizada por uma pequena amostra dos quadros do Ministério do Interior que participou do sistema de superação e capacitação jurídicas e pode constatar grande nível de satisfação tanto no conteúdo estudado, como pela utilização de aulas audiovisuais como meta para desenvolver o ensino,

6. Existe uma avaliação favorável em relação à necessidade de preparar os quadros nos conteúdos jurídicos, como uma exigência de seu desempenho profissional de Direção contanto que, lhes permite alcançar níveis superiores de segurança e qualidade na tomada de decisões vinculadas a esfera de sua actividade,

7. De modo geral é bem aceite a elaboração de instrumentos de aprendizagem diferentes, como alternativa de capacitação e superação na



educação jurídica, de modos a elevar os conhecimentos que possuem e que em sentido geral eles são considerados insuficiente,

8. Em particular, os sujeitos entrevistados manifestaram opiniões favoráveis em relação ao emprego de vídeos, como alternativa para a superação e capacitação na educação jurídica dos quadros do Ministério do Interior, aspecto destas entrevistas que sustentam de alguma maneira a decisão que levou o objecto investigativo que se tomou no presente estudo, e por esta via do Sistema de Superação e Capacitação jurídica,

9. A via identificada como a de maior prioridade na aquisição de conhecimentos jurídicos é a referida no exercício prático da actividade laboral de Direção e na tomada de decisões, ocupando um segundo lugar a formação profissional. Os cursos de superação e capacitação jurídica ocupam o terceiro lugar na seleção dos entrevistados.

## RECOMENDAÇÕES

1. Levar a cabo um processo de avaliação de impacto dos resultados do Sistema de Superação e Capacitação para a educação jurídica no desempenho profissional dos quadros do Ministério do Interior e dos Serviços de Inteligência de forma a poder alcançar uma visão mais completa da qualidade e pertinência.
2. Continuar a investigar nesta Direção com o objectivo de projectar novas alternativas de superação e capacitação que contemple formas superiores de formação académica e de pós-graduação no contexto da educação jurídica dos quadros do Ministério do Interior e dos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado da República de Angola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) AFANASIEV, V. G. "Sistemas Íntegros". Editorial de ciências sociais, Havana, 1983, p. 115.
- (2) AFANASIEV, V.G. "Direção Científico da Sociedade". Editorial Progreso, Moscou, 1975, p. 17.
- (3) CARNOTA L, Orlando. Citado dentro: "VIII Seminário Nacional para Líderes, Metodólogos e Inspectores das Direções Províncias e Municipais de Educação", 2ª Parte, 1984, p. 336.
- (4) DIAZ L, Carlos. "Métodos para Melhoria da Direção." Editorial de Ciências Sociais, Havana, 1998, p. 11.
- (5) LARA L, Felipe. "Metodologia para Planificação de Sistemas: um enfoque perspectivo." Caderno de Planificação Universitário, México, 1990, p. 7.
- (6) ALONSO R, Sérgio. "O Sistema de Trabalho do MINED." Tese em Opção para Obtenção do Grau Científico de Doutor em Ciências Pedagógicas. Cidade de Havana, 2002, pp. 33-34.
- (7) Ibidem, p.34.
- (8) AÑORGA, Júlia M. de. "O Enfoque Sistémico na Organização da Melhoria dos Recursos Humanos "ISP Enrique José Varona", Havana, 2003, p. 40.
- (9) Revista Interamericana de Desenvolvimento Educacional. Nº. 93, 1998, p. 87.

## BIBLIOGRAFIA

- AÑORGA, Julia M de. *"Perfeccionamiento del Sistema de Superaccion de los Profesores Universitarios"* Tesis Doctoral, La Habana 1989.
- ANDRADE, John (1999) – Acção Directa: *Dicionário de Terrorismo e Activismo Político*. Lisboa: Hugin Editores.
- ARENCIBIA S, Bárbara e Esperanza R Pérez. *A capacitação nas organizações de SIME. A influência de Administração e um olhar para a administração empresarial da Indústria Sidero mecânica*. Publicado pela GESTA, Centro de Gestão empresarial, Havana 2007.
- BEETHAM David e Kevin Boyle. *"Democracia perguntas e respostas"*, Editorial tallers da UNESCO, Paris 1995.
- BELEZA, Teresa Pizarro. *Direito Penal*, 1º vol., 2ª ed., AAFDL, Lisboa, 1984; 2º vol., AAFDL, Lisboa, 2010
- BRINGA L, José. *"Propuesta de Modelo de planificacion Estratégica Universitaria"*, tese Doutoral, Havana 1999.
- CENTRO de estudos da Universidade católica de Angola "UCAN". *Fuga de capitais e políticas de desenvolvimentos à favor dos mais pobres em Angola*, Mayamba publicador abril de 2014
- CORREIA, Gonçalves, P. *"Os sistemas penitenciários do século de XIX e a execução da pena privativa da liberdade, Estudos de Direito e segurança"*, Volume II, Almedina Dezembro 2012
- CARO, Francisco G. e Júlio Garcia. *As listas diretivas e sistemas de direção. Enderece Time presente e tendências"*, Madrid 2001.
- CASTRO e, Olga. *"Um modelo para o sistema do Superação e capacitação do pessoal educacional"*, Material Impresso. DFPP. MINADO, Havana 1998.
- CDIP. *"Uma concepção para a superação e capacitação de Mestres e professores"*, Havana 1996.

- CERVO para, L e P. para, Bervian. *"Metodologia científica"*, editorial Graw-colina de Mc faz o Brasil, cidade o México 1980.
- CLÁUDIO Brandão, *Curso de Direito Penal – parte geral*, 2ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 2010
- COLETIVO de autores. *"Formação jurídica para os Quadros do Estado"*, o Félix Beaches Editorial ela, Havana 2004.
- COLETIVO de autores. *"Metodologia da investigação social"*, cidade editorial e educação, Havana 1998.
- COLUMBIÉ S, Mariela. *"A superação e capacitação dos quadros em Cuba: Os desafios antes do Terceiro Milénio"*, Folhetos Administrativos, Resumo do Centro Coordenador de Estudos de Direção do MÊS, Havana 1999.
- CORREIA, Eduardo. *Direito Criminal*, I, Almedina, Coimbra, 2014
- DIAS, Jorge Figueiredo. *Direito Penal Português – as consequências jurídicas do crime*, II, Coimbra, Editora, Coimbra, 2005
- DIAS, Jorge Figueiredo *Direito Penal – parte geral*, I, 2ª ed.-, Coimbra Editora, Coimbra, 2007;
- DUARTE, Gomes, H. *"Comunicação Eletrónica e segurança administrativa, Estudos de Direito e segurança"*, Volume II, Almedina Dezembro 2012
- FARIA, Duarte, L de. *"PARA segurança e proteção do transporte marítimos e nos portos"* novos desafios de Revista de Estudos de Direito e segurança, Volume II, Almedina Dezembro de 2012.
- FERNÁNDEZ. H. Galárraga. Elina e repolho: *"Para uma Educação Audiovisual"*, Cidade Editorial e Educação, Havana 2004. Will Fry C, Elba. *"Estratégia interdisciplinar de superação e capacitação para os Ministro Educacionais do Ensino Técnico e Profissional de Cidade de Havana"*, Tese de Mestre, Havana 2001.
- FERREIRA, Manuel Cavaleiro de *Lições de Direito Penal – parte geral*, I e II, Almedina, Coimbra, 2010

- FERREIRA, Soares, L. "O sistema de emergência e planeamento civil de Portugal, uma não de componente militar de Defesa Nacional", Revista de direito Estudos e Segurança, março de Almedina de 2007.
- GARCÍA F, Ángela e Nora C, Andrés. "*A Otimização do Processo Educacional e o impacto na Superação e capacitação do Pessoal Educacional e Líder no Município de Santiago de Cuba*", Relatório apresentou em Pedagogia, Havana 1999.
- GERMANO, Marques da Silva. *Direito Penal Português – parte geral*, I, 2ª ed., Verbo, Lisboa, 2001, e II, 2ª ed., Lisboa, 2005
- GONZÁLES C, Vicente. "*Comunicador de profissão*", Pablo editorial de Torriente Brau, Havana 1989.
- GONZÁLEZ T, cinza. *Concepção sistêmica do processo de organização e desenvolvimento de Superação e capacitação dos recursos humanos*, Tese Doutoral, Havana 1997.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar *Direito Internacional Penal – uma perspetiva dogmático-crítica*, Almedina, Coimbra, 2008
- GUEDES, Marque A. *Ligações Perigosas de conectividade, coordenação e aprendizagem em redes terroristas*, Almedina, Outubro de 2007.
- HEDMAN G, Rafael. "*Eu projeto Curricular Interdisciplinar como interventiva alternativo para o superação e capacitação profissional dos líderes de projetos educacionais do perfil mecânico no Interarmas Escolar de Antônio Maceo DISTANTE*", Geral, Tese de Mestre, Havana 2000.
- INÁCIO André. *Crime organizado e seu papel no incremento do Terrorismo*, Revista de direito Estudos e Segurança, Almedina Março de 2007.
- Los Nuevos Paradigmas de la Seguridad*, 2009, Centro Internacional de Toledo para a Paz/Instituto Español de Estudios Estratégicos
- MOREIRA, A. "*Terrorismo*", 2ª Edição, Livraria almedina setembro de 2002.

- MERIDA Rendón para, Rodolfo. *"Programa educacional para a melhoria profissional humanista e ética dos funcionários judiciais da Bolívia."* Tese doutoral, La paz 2006.
- NUNES, Ferreira. *Segurança internacional os princípios idealistas e a lógica realista.* In MOREIRA, Adriano (Coord.), *Informações e Segurança: Livro em Honra do General Pedro Cardoso.* Lisboa: Editora Prefácio. p. 271-288, 2004.
- OJEDA Rodríguez de C Nancy e Teresa Delegado Vergara. *A teoria geral das obrigações: "Comentários sobre o código civil cubano"*. Editado pela Universidade de Havana, 2000.
- ORGES, F. *Criminalidade organizada e cooperação judiciária em matéria de direito penal na união europeia, Estudos de Direito e segurança*", Volume II, Almedina Dezembro 2012
- PEREIRA, R. *A criminalidade económica: perspectiva dogmática e Desafios Político-Criminais*, Revista de direito Estudos e Segurança, Almedina, Março de 2007.
- "Proposta de um Modelo de Capacitação para os líderes da Educação Técnica e Profissional"*, Tese Doutoral, Havana 2004.
- REBELO, de Sousa, A. *O sistema de informações da República Portuguesa.* Revista de direito Estudos e Segurança, de Almedina de Março 2007.
- SANTOS, L. *Contributo para uma melhor Governação da cibersegurança Portugal, Estudos de Direito e Segurança*, Volume II, Almedina Dezembro de 2012.
- SIERRA S, Júlio *"A educação jurídica. Proposta de um sistema de trabalho teórico e metodológico para a formação inicial e permanente de professores primários"*, Tese Doutoral, Havana 2004.
- SINCLAIR B, M. Elena. *"Avaliação de impacto de Superação e Capacitação dos Executivos da educação Primária"*, Tese de Mestre, Havana 1999.
- SOUSA, Mendes, P de. *"Branqueamento de Capitais e Criminalidade Organizado"*, Revista de Estudos de Direito e Segurança, Março de Almedina de 2007.

TORRES P, Gisela. "*Experimente na aplicação de um Enfoque Sistémico na Capacitação de Directivas de a Educação Técnica e Profissional*", Informe Encontro de Estudos Pedagógicos Cuba - Brasil, Havana 1995.

VALCÁRCEL I, Norberto. "*Estratégia interdisciplinar de Superação e capacitação para professores de ciências da educação secundária*", tese doutoral, Havana 1998.

VENTURA, André. *Lições de Direito Penal I*. Chiado Editora, Lisboa, 2013.

## ÍNDICE

PRELIMINARES .....	iii
DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS .....	v
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	vi
RESUMO .....	vii
ABSTRAT .....	viii
INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO I	
CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MINISTÉRIO DO INTERIOR.....	16
1.1. ANTECEDENTES E REFERENTES HISTÓRICOS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR (GENERALIDADES) .....	16
1.2. GÉNESE DO MINISTÉRIO DO INTERIOR .....	18
1.3. ENQUADRAMENTO DO MINISTÉRIO DO INTERIOR NA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA ANGOLANA .....	19
1.3.1. CONCEITUALIZAÇÃO.....	21
1.4. CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR .....	26
1.5. ESTRUTURA E CONTEXTO ACTUAL DO MINISTÉRIO DO INTERIOR .....	27
1.6. COMBATE AO CRIME MIGRATORIO.....	28
CAPÍTULO II	
CONCEPÇÃO METODOLÓGICA DO SISTEMA DE SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA OS QUADROS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR DA REPÚBLICA DE ANGOLA.....	35
2.1. TEORIA DOS SISTEMAS SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO .....	36
2.2. ESTRUTURA DO SISTEMA DE SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO JUDIRÍCA DOS QUADROS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR .....	53
FORMAÇÃO JURÍDICA DE QUADROS .....	60



FORMAÇÃO JURÍDICA DOS QUADROS.....	61
2.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS PARCIAIS DO SISTEMA DE SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO JURÍDICA DOS QUADROS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR.....	64
CONCLUSÕES.....	71
RECOMENDAÇÕES.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	68
BIBLIOGRAFIA .....	74

## **ANEXOS**

## **GUIA DE ANEXOS**

*ANEXO 1* - Guia para a entrevista aos quadros de direção do MININT.

*ANEXO 2* - Pesquisa a quadros de MININT.

*ANEXO 3* - Programa básico para superação e capacitação jurídica dos quadros de MININT - *estudo 1*

*ANEXO 4* - Programa básico para superação e capacitação jurídica dos quadros do MININT - *Estudo 2*

*ANEXO 5* - Programa básico para superação e capacitação jurídica dos quadros do MININT - *Estudo 3*

*ANEXO 6* - Dosagem geral do curso de superação e capacitação jurídica dos quadros do primeiro curso.

*ANEXO 7* - Controlo estatístico do desenvolvimento do programa de superação e capacitação jurídica dos quadros do Ministério do Interior dos Municípios de Luanda.

*ANEXO 8* - Cronograma dos cursos dados aos quadros do MININT

*ANEXO 9* - Proposta de avaliação para os quadros do MININT

*ANEXO 10* - Caracterização dos postos fronteiriços na República de Angola

## ANEXO 1

### GUIA PARA ENTREVISTA AOS QUADROS DE DIRECÇÃO DO MINISTÉRIO DO INTERIOR E DO SINSE.

#### OBJECTIVO:

Verificar o estado de opinião do conhecimento e a preparação jurídica que possuem os quadros de Direcção de MININT E SINSE.

1. Que importância tem o conhecimento jurídico sobre o desempenho das actividades profissionais no seu dia-a-dia?
2. Do seu ponto de vista, que importância foi dada à superação e capacitação dos quadros de direcção do Ministério do Interior sobre os conteúdos de carácter jurídicos?
3. Que soluções propunhas para elevar o nível de conhecimentos jurídico dos funcionários do MININT (SME), SINSE?
4. Do seu ponto de vista, dentro daquilo que são as suas competências laborais e profissionais que importância atribuis ao conhecimento de conteúdos jurídicos
5. Do seu ponto de vista, dentro daquilo que são as suas competências laborais e profissionais que importância atribuis ao conhecimento de conteúdos jurídicos?
6. Que sugestão farias a direcção de MININT para a melhorar e elevar a cultura jurídica dos quadros de direcção e chefia?
7. Enquanto quadro de direcção e chefia como você se autoavalia em relação à preparação que possui ao manusear documentos cujo conteúdo seja tipicamente jurídico?

## ANEXO 2

### ENTREVISTA AOS QUADROS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR E SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA E DE SEGURANÇA DO ESTADO.

Estimado quadro.

Na actualidade, Angola encontra-se num processo de transformação com o objectivo de alcançar níveis de crescimento com qualidade aceitáveis em todas vertentes ou seja a nível político, social, económico e jurídico, para tal é preciso de investir na educação e formação de quadros. Deste modo corresponde aos quadros do Ministério do Interior um papel preponderante contanto que, sobre eles pende responsabilidades acrescidas, porquanto são responsáveis pela segurança e manutenção da ordem pública e do bem-estar. Um aspecto essencial para o alcance de resultados efectivos visa dotar os quadros do Ministério do Interior, sobretudo aqueles que exercem cargos de direcção e chefia, capacidade de superação e formação sob matérias fundamentalmente de carácter jurídico ou seja criar condições para que a semelhança dos conhecimentos técnicos haja também bastante cultura jurídica entre a sua população. É por essa razão que nós lhe pedimos que responda ao questionário seguinte para que possa contribuir à materialização dos objectivos expostos.

Muito obrigado

Instituição:.....

Função que desempenha: .....

Anos de experiência como quadro do Ministério do Interior.....

1. Do seu ponto de vista, dentro daquilo que são as suas competências laborais e profissionais que importância atribuiu ao conhecimento de conteúdos jurídicos?

- A. ☐ Muito alta,
- B. ☐ Alta,
- C. ☐ Baixa,
- D. ☐ Muito baixa,
- E. ☐ Nenhuma.

2. No exercício das suas funções enquanto quadro do Ministério do Interior já havia sentido a necessidade de possuir algum domínio de matéria de fórum jurídico?

- A. ☐ Sempre
- B. ☐ Quase sempre
- C. ☐ Nunca

3. Sente-se seguro quando toma decisões em que estejam vinculados aspectos de ordem jurídica?

- A. ☐ Sim
- B. ☐ Não
- C. ☐ Nem sempre

4. Em que circunstâncias você adquiriu o conhecimento de natureza jurídica que possui? (*Marque todas as alternativas que considera adequadas ao caso*).

- A. ☐ Durante a formação académica e/ou profissional,
- B. ☐ Em cursos de superação e capacitação jurídica,
- C. ☐ A partir de processo de autossuperação e capacitação,
- D. ☐ Na prática do exercício do trabalho de Direção,
- E. ☐ Em seminários, conferências, etc.,
- F. ☐ Outros

5. Por favor diga se você alguma vez participou de cursos de superação e capacitação em matérias relacionadas com o direito?

.....

6. Do seu ponto de vista, dentro daquilo que são as suas competências laborais e profissionais que importância atribuiu ao conhecimento de conteúdos jurídicos.

- A. ☐ Sim,
- B. ☐ Não,
- C. ☐ É indiferente.

7. Nas avaliações recebidas periodicamente enquanto quadro da administração pública, em algum momento lhe foi recomendado a necessidade de melhorar a sua formação jurídica?

- A. ☐ Sim,
- B. ☐ Não,
- C. ☐ Não me recordo

8. Por favor, no caso da resposta anterior ser afirmativa, diga que medidas específicas lhe foram recomendadas.

.....  
.....

9. Qual é a sua pré-disposição e preparação para superar e habilitar os seus subordinados com fundamentos básicos, relativos a ordem jurídica angolana assim como os processos migratórios e de inteligência?

.....  
.....

- A. ☐ Muito alta
- A. ☐ Alta
- A. ☐ Suficientemente alta
- A. ☐ Baixa
- E. ☐ Muito baixa

---

10. Você tem à sua disposição para a consulta permanentemente, documentos normativos ou outro tipo de meios que te permitem orientar-se para dar solução a diversidade de problemas que lhe são apresentados no exercício da sua actividade sob o ponto de vista jurídico?

- A. ☐ O necessário
- B. ☐ Muito pouco
- C. ☐ Nenhum

11. Você já se sentiu de alguma forma pressionado pelos seus superiores à necessidade de ter conhecimentos do direito (educação jurídica)?

- A. ☐ Sempre
- B. ☐ Quase sempre
- C. ☐ Nunca

12. Da relação seguinte constam aspectos de ordem jurídica, avalie os seus conhecimentos de direito, atribuindo notas que variem de 1 a 5 valores acerca do seu desempenho profissional:

Nº.	ASPECTOS SOBRE	1	2	3	4	5
1	O sistema político, económico e social do estado angolano					
2	O direito e ordenamento jurídico angolano					
3	A lei sobre o regime jurídico dos estrangeiros em Angola					
4	Os sujeitos de direito e a responsabilidade individual e colectiva					



5	As violações da legislação penal					
6	A administração pública e privada					
7	A propriedade privada em Angola					
8	A lei de defesa nacional					
9	As normas e regulamentos jurídicos do Ministério do Interior que garantem o trabalho preventivo no sistema de migração de Angola					
10	A educação jurídica e os instrumentos normativos para o trabalho do Ministério do Interior					
11	Legislação geral do Ministério do Interior da república de Angola					
12	A lei da nacionalidade, aquisição, perda e reaquisição de nacionalidade					
13	Estrutura e composição dos órgãos de defesa e segurança nacional em Angola					
14	Regulamento sobre o exercício de actividades liberais dos estrangeiros residentes em Angola					

15	Regulamento do exercício da actividade profissional de trabalhadores estrangeiro não residentes em Angola					
----	---	--	--	--	--	--

13. Por favor, exponha por palavras suas o que entende por educação jurídica?

-----

14. Se considerar isto oportuno, exponha as suas ideias em relação a qualquer outro assunto relativo à educação jurídica junto dos quadros que entende ser útil.

.....

---

## ANEXO 3

### PROGRAMA BÁSICO PARA SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO JURÍDICA DOS QUADROS DO MININT –1º CURSO

#### TEMA I

#### O SISTEMA POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL DO ESTADO ANGOLANO.

- Constituição da República de Angola (Lei suprema do estado),
- Os órgãos de soberania nacional. Órgãos que o integram (Presidente da República, Assembleia nacional e os Tribunais).
- O sistema político Angolano. O papel do Estado como elemento fundamental da democracia. Relação com os outros elementos que integram o Sistema Político,
- Fundamentos sociais e económicos do estado e sociedade angolana. Diferença entre os regulamentos, Decreto-lei e a Lei,
- Conceito de Estado, Governo e Administração, característica e funções,
- Formas de Governo, Ordenamento jurídico Angolano,
- A organização estatal e privada em Angola. Órgãos representativos da administração judicial, fiscal e de defesa. Princípios de organização e funcionamento do Estado. A organização estatal em situações excepcionais. Regulamento constitucional,
- O sistema angolano eleitoral. Revogação normativa e repristinação característica e princípios básicos dos processos eleitorais.

#### OBJECTIVOS:

Para caracterizar o papel do estado angolano a partir do conhecimento dos fundamentos jurídicos e constitucionais, como também a inter-relação com os outros elementos do sistema político da sociedade.

Saber a organização jurídica da sociedade angolana e a importância da convivência harmônica nas sociedades a partir de um sistema instituído.

## TEMA II: O DIREITO. CARACTERÍSTICAS GERAIS.

- O Direito. Conceito, características e principais funções,
- Direito natural e Direito positivo,
- Fontes de Direito,
- O Direito e o Estado,
- Direito publico e privado,
- O Ordenamento jurídico angolano. Hierarquia das normas de Direito,
- Princípios fundamentais do Direito Civil angolano. Estrutura, princípios básicos,
- A Constituição da República de Angola como norma suprema no Ordenamento jurídico do país,
- Importância e conteúdos principais (Sistema político e económico, a organização estatal e o sistema eleitoral). A defesa dos conteúdos constitucionais.

## OBJECTIVOS:

Caracterizar a Classificação Jurídico do Direito angolano, lembrando-se de que a legalidade é um dos princípios reitores da Democracia.

Conhecer a importância da Constituição no Sistema Político angolano, bem como os regulamentos das principais instituições públicas.

### TEMA III. A PROPRIEDADE EM ANGOLA. OS REGULAMENTOS JURÍDICOS.

O Direito de propriedade. Conceito. Característica. Definição clássica do Direito de Propriedade. Uso, Usufruto e a disposição (Aquisição, posse e transmissão). Contratos. Proteção da propriedade. Presunções legais.

- O regime de Propriedade em Angola. Constituição e o Código civil. Economia e propriedade,
- As formas de propriedade e a aproximação para os distinguir. Garantias ao direito de propriedade,
- Direitos reais ou das coisas. Direitos de uso (o usufruto) Direito de superfície.
- Direitos reais e de garantias, (A hipoteca, penhor e o direito de retenção). Direitos reais de aquisição (direito real de preferência),
- A propriedade. Regime rural e urbano especial. A terra como propriedade originária do Estado,
- Bens de domínio público do estado e do domínio privado do estado.

#### OBJECTIVO:

Caracterizar o sistema de maneira efectiva de propriedade em Angola, de modos a que se saiba como adquirir e transmitir, assim como o sistema especial de propriedades de bens.

### TEMA IV: A RELAÇÃO JURÍDICA.

- Conceito da relação jurídica,
- Personalidade Jurídica,
- Elementos da relação jurídica,
- Começo e termo da personalidade, pessoas físicas e de jurídica. Conceito de personalidade jurídica as pessoas colectivas. Noção. Capacidade jurídica, capacidade de exercício de direito,

- Aquisição e perda da capacidade de exercícios,
- A responsabilidade civil. Noção. Características gerais.
- Responsabilidade civil por actos ilícitos, pelo risco e por actos lícitos.

#### OBJECTIVO:

Realçar a importância da pessoa natural, não natural ou jurídica no sistema jurídico angolano. Analisar o conteúdo da responsabilidade civil e as vias para as demandas e/ou evitar ser demandado.

#### TEMA V: AS VIOLAÇÕES DA LEGISLAÇÃO PENAL.

Fundamentos gerais do direito penal. O crime e sanções. Conceitos básicos e genéricos.

- Classificação das figuras criminais,
- Crimes contra a administração pública,
- Crimes contra a economia nacional,
- Crimes contra o património cultural,
- Crimes contra a moral e fé pública,
- Crimes contra o indivíduo e propriedade,
- Crimes contra os direitos patrimoniais,
- Crimes contra a propriedade rural pública e privada,
- Crimes contra a segurança do Estado,
- Crimes migratórios,
- Aplicação das leis penais no tempo e no espaço.

#### OBJECTIVO:

Identificar as violações da legislação penal que têm relação especial com a actividade administrativa.

## TEMA VI: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA.

- A administração pública e privada. Noção. Génese. Princípios reitores
- A relação jurídica administrativa. Sujeitos de direitos, posição que se ocupa na relação. O acto administrativo, conceito, elementos e importância. A notificação e sua importância para a Administração e administrados.
- Regime disciplinar dos funcionários públicos,
- Formas de actividade administrativa. Noções e conceitos
- A Responsabilidade na esfera da Administração. A responsabilidade administrativa e a responsabilidade da Administração. Meios coercitivos. Contravenções.

### OBJECTIVOS:

- Saber os elementos básicos da actividade da administração pública e privada, as características das relações jurídicas que se estabelecem entre si e entre estas e os cidadãos,
- Saber as formas de manifestação da actividade da administração pública e privada na vida dos administrados.

## TEMA VII: O SISTEMA EMPRESARIAL E A PROPRIEDADE PRIVADA EM ANGOLA.

- O sistema empresarial e mercantil em Angola,
- Diferentes formas de constituições de empresas em Angola, (sociedades em nome colectivo, sociedades por quotas, sociedades anónimas e sociedades em comandita),
- O recrutamento de mão-de-obra de estrangeiros. Característica do recrutamento em Angola,
- Os conflitos resultantes das actividades económicas (incumprimentos de contratos). Formas de resolução de conflitos,

- A lei de investimento estrangeiro, a importância e conteúdos essenciais.

OBJECTIVOS: Caracterizar a actividade empresarial do estado angolano, assim como as formas de resolução de conflitos, resultantes das actividades económicas.

A importância de conhecer as normas que regulam actividade económica do estado angolano a luz do direito e convénios internacionais

#### TEMA VIII: A DEFESA NACIONAL.

1-A defesa nacional. Organização e princípios reitores. A Lei de Defesa Nacional e as normas complementares.

2-A organização económica, militar e jurídica do país em situações excepcionais. Princípios e compatibilização dos interesses da defesa com o desenvolvimento económico e social do país.

#### OBJECTIVO:

Saber que as situações excepcionais, quando ocorrem, em que condições podem ou devem ser aplicadas, que direitos ficam suprimidos quer aos cidadãos ou as empresas e durante quanto tempo.



## ANEXO 4

PROGRAMA BÁSICO PARA SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO JURÍDICA DOS QUADROS DE MININT – CURSO Nº2

TEMA I. NORMAS JURÍDICAS QUE GARANTEM O TRABALHO PREVENTIVO DO MINISTÉRIO DO INTERIOR.

1.1- Instrumentos legais do Ministério de Interior e sua implementação:

a)-Lei sobre regime jurídico dos estrangeiros na República de Angola (lei nº 2/07 de 31 de agosto)

b)-Direitos, deveres e garantia dos estrangeiros em Angola,

c)-Vistos de entrada (consular, trabalho e ordinário)

d)-Autorização temporária e de residência.

e)-Documentos de viagens para o estrangeiro.

1.2- Papel dos conselheiros ou consultores jurídicos nas diferentes estruturas.

TEMA II. LEGISLAÇÃO GERAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA.

2.1- A constituição da República de Angola.

2.2- Regulamentos do regime jurídico de estrangeiros (Decreto Presidencial. 108/11 de 25 de Maio).

2.3- Entrada e saída de estrangeiros do território nacional.

2.4- Tipos de postos de fronteiras, forças que compõem, (Serviço de Migração e Estrangeiros, Serviço de Investigação Criminal, Serviço de Inspeção e Investigação de Actividades Económicas, Polícia Fiscal, Polícia de Guarda Fronteira, Forças

Armadas de Angola, Serviço de Saúde, Serviços de Alfândegas, Agricultura e Pescas).

TEMA III. PAPEL DO TRABALHO PREVENTIVO DO MINISTÉRIO DO INTERIOR A PARTIR DE UMA VISÃO JURÍDICA.

3.1- Lei da nacionalidade. (lei nº 13/91 de 11 de Maio)

3.2- Limites para fortalecer a formação de valores, disciplina e a responsabilidade cívica no exercício da actividade e a aplicação de códigos de conduta e de ética.

Anexo 4

## ANEXO 5

### PROGRAMA BÁSICO PARA SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO JURÍDICA DOS QUADROS DE MININT - 3ºCURSO

#### TEMA I. A EDUCAÇÃO JURÍDICA. INSTRUMENTOS NORMATIVOS PARA O TRABALHO DOS DIFERENTES AGENTES NO MINISTÉRIO DO INTERIOR.

1.1- Acordos da Assembleia Nacional que regulam as funções e atribuições específicas do MININT.

1.2- Trabalho com a constituição da República. Capítulo que fala da migração.

1.3- Regulamento sobre o exercício da actividade profissional dos trabalhadores estrangeiro não os residentes

#### TEMA II. A ATENÇÃO PARA A POPULAÇÃO MIGRATÓRIA A PARTIR DE UMA VISÃO JURÍDICA.

2.1- Normas e Procedimentos que regulam a relação que deve existir entre a população estrangeira e o MININT.

2.2 - Decreto nº35/92 de 24 de julho.

2.3 - Característica, funções dos passaportes (diplomático, de serviço e ordinário)

## ANEXO 6

DOSAGEM GERAL DO CURSO DE SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO JURÍDICA DOS QUADROS DO PRIMEIRO CURSO.

TEMA	TEMÁTICO	FORMA ORGANIZACIONAL	NÚMERO DE HORAS	TOTAL DE HORAS
Tema I	1.1 a 1.3	Conferência	3 horas	6 horas
	1.4 a 1.6	Estudo Individual	2 horas	
		Debate	1 hora	
Tema II	2.1, 2.3 e	Conferência	3 horas	6 horas
	2.4	Estudo Individual	2 horas	
		Debate	1 hora	
Tema III	3.1 a 3.4	Conferência	2 horas	5 horas
		Estudo Individual	3 horas	
Tema IV	4.1 a 4.2	Conferência	1 horas	5 horas
		Estudo Individual	3 horas	
Tema V	5.1 a 5.5	Conferência	3 horas	

	5.6 a 5.11	Estudo Individual	3 horas	8 horas
		Debate	2 horas	
Tema VI	6.1 a 6.2	Conferência	3 horas	
	6.3 a 6.5	Estudo Individual	2 horas	8 horas
		Debate	2 horas	
Tema VII	7.1 a 7.6	Estudo Individual	4 horas	6 horas
		Debate	2 horas	
Tema VIII	8.1 a 8.2	Estudo Individual	3 horas	4 horas
		Debate	1 hora	
Prova Final			2 horas	2 horas

## ANEXO 7

### CONTROLO ESTATÍSTICO DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE SUPERAÇÃO E CAPACITAÇÃO JURÍDICA DOS QUADROS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR DOS MUNICÍPIOS DE LUANDA

MUNICÍPIOS	TOTAL GERAL DE QUADROS	DEVEM RECEBER CURSO	TOTAL DE FORMADOS	%
CACUACO	30	15	15	100
BELAS	40	20	20	100
CAZENDA	20	10	10	100
I. BENGU	20	05	05	100
LUANDA	80	35	35	100
QUISSAMA	10	05	05	100
VIANA	40	20	20	100
TOTAL	300	100	100	100

## ANEXO 8

### CRONOGRAMA DOS CURSOS DADOS AOS QUADROS DO MININT

Cronograma aprovou para o primeiro curso	Etapas
Quadros do SINSE	Janeiro -2014
Quadros directivos do Ministério do Interior	Fevereiro -2014
Estudantes do Instituto superior de ciências policias "Osvaldo Serra Vandúnen"	Março – 2014
Cronograma aprovou para o segundo curso	Etapas
Quadros de SINSE	Abril-2014
Quadros directivos do Ministério do Interior	Maio- 2014
Estudantes do Instituto superior de ciências policias "Osvaldo Serra Vandúnen"	Junho- 2014
Cronograma aprovado para o terceiro curso	Etapas
Quadros do SINSE	Janeiro – 2015
Quadros directivos do Ministério do Interior	Fevereiro – 2015

Estudantes do Instituto superior de ciências policias "Osvaldo Serra Vandúnen"	Março -2015
Cronograma aprovado para o quarto curso	Etapas
Quadros do SINSE	Abril- 2015
Quadros directivos do Ministério do Interior	Maio-2015
Estudantes do Instituto superior de ciências policias "Osvaldo Serra Vandúnen"	Junho-2015



## ANEXO 9

### PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARA OS QUADROS DO MININT

1. O que você entende para crime? Exemplifique.

Chave: Nesta resposta o estudante terá que explicar por palavras suas, o conceito de crime, que é toda a ação ou omissão socialmente perigosa e proibida por Lei, aquela conduta tipificada no código penal Angolano. Para esta resposta correta serão dados 15 pontos se conseguir dar um exemplo serão atribuídos mais 5 pontos perfazendo 20 pontos.

2. Menciona 3 crimes contra a economia que podem ocorrer no processo migratório de estrangeiros e exemplifique a sua conotação de um deles?

Chave: São vários os crimes que especificamente podem acontecer contra a economia podendo relacionar-se com os seguintes:

- O uso impróprio de recursos financeiros e materiais.
- Abuso de poder no exercício de cargo públicos,
- Actividades económicas ilícitas
- Supressão e omissão de dados.
- Incumprimento das normas de segurança em unidades económicas.
- Incumprimento do dever de preservar os bens públicos ou unidades privadas.

Ao responder o estudante poderá indicar pelo menos três crimes e ser-lhe-á atribuídos 15 pontos e mais 5 pontos serão atribuídos se poder explicar correctamente fazendo total de 20 pontos que são o valor da pergunta.

3. Diga o tipo de fronteiras existentes em Angola?

Chave: Os postos de fronteiras em Angola são terrestres, fluviais, marítimos e aéreos.

Ao mencionar estas fronteiras o estudante obtém 15 pontos e ao explicar um deles ganhará mais 5 pontos para o total de 20 pontos que valem a pergunta.

#### 4. Expõe as características e funções do passaporte?

O estudante deverá expor as características dos passaportes de acordo a norma jurídica que podem ser diplomáticos, de serviço, ordinário e salvo-conduto. Como exemplo deve explicar o uso que se pode dar a cada um desses documentos para obtenção da pontuação máxima da pergunta.

#### 5. Avalie criticamente a lei sobre regime jurídico dos estrangeiros quanto aos direitos e deveres, assim como a autorização de fixação residência.

O estudante para cada característica acertada deverá obter 5 pontos dos 20 perfazendo o total que vale a pergunta.

## ANEXO 10

### Caracterização das fronteiras de Angola

#### Realidade geopolítica

A República de Angola situa-se na África Austral. Tem uma área territorial de *1.246.700 km<sup>2</sup>*, possui dezoito Províncias, 173 Municípios e 618 Comunas, possui numa linha contínua de fronteira terrestre de *4.777 km*, que incorpora, a Norte, a fronteira com a República Democrática do Congo.

Com aquele país, onde ate a puco mais de dois anos residiam há várias décadas centenas de refugiados angolanos, partilha uma extensão territorial de *2.511 km*, dos quais *225 km* são de fronteira não contínua com a província de Cabinda.

Os dois territórios têm ainda uma fronteira marítima, a Bacia do Baixo Congo, uma região rica em petróleo e explorada mutuamente. A demarcação dos limites de cada país não está ainda clara, tendo em conta a expansão das perfurações para prospecção petrolífera, pelos dois Estados.

Ainda a Norte, Angola tem uma zona fronteiriça com a República do Congo, numa extensão territorial de *201 km*.

A Sul, está a República da Namíbia, com uma extensão de *1.376 km*, e a Leste a Zâmbia, com uma extensão de *1.110 km*.

#### Pontos extremos

- *Norte*: ponto sem nome na fronteira com a República do Congo (a norte da localidade de Caio Bemba, província de Cabinda)
- *Norte (sem contar com Cabinda)*: ponto na fronteira com a República Democrática do Congo a noroeste da localidade de Luvo, província do Zaire

- *Este*: secção de rio na fronteira com a Zâmbia (a norte da localidade de Sapeta na Zâmbia), província do Moxico
- *Sul*: ponto do rio Cunene na fronteira com a Namíbia (imediatamente a norte da localidade de Andara, Caprivi, Namíbia), província do Cuando Cubango
- *Oeste*: ilha da Baía dos Tigres, província do Namibe
- *Oeste (continental)*: península a oeste de Tômbua, província do Namibe

Esses marcos são reflexo da histórica Conferência de Berlim, que, no fim do Século XIX, mais precisamente em 1885, repartiu a África. Em menos de três décadas, o continente viu-se dividido e explorado em pelo menos 90 %.

#### Províncias fronteiriças

Apesar da extensão territorial do país, nem todas essas províncias têm forte “apetência” e concorrência de imigrantes ilegais. É na zona Norte e Leste, particularmente em Cabinda, Zaire e na Lunda Norte, onde se registam os maiores índices de violação clandestina do território.

Com vista a minimizar os riscos, há nas três localidades um serviço permanente da Polícia de Guarda Fronteira de Angola (PGFA), órgão da Polícia Nacional (PN) encarregue de assegurar a integridade territorial e travar o tráfico nas fronteiras.

O fluxo migratório nas fronteiras do país nem sempre esteve longe de tensões. É com as autoridades do Congo Brazzaville e da RDC que surgem, esporadicamente, pequenos entraves à volta das fronteiras, que “precipitam” o acelerar de negociações políticas, militares e até diplomáticas.

A problemática deve-se, em grande escala, ao facto de haver marcos pouco claros nos mapas, sobretudo aqueles deixados às autoridades de Angola e da RDC.

As incertezas têm levado peritos dos dois países a fazerem estudos por toda a fronteira, para se estabelecerem linhas consensuais.

Vários encontros entre Comissões Mistas têm vindo a ser realizados, para aclarar, em definitivo, onde começam e onde terminam os marcos traçados pelos europeus, à luz da Conferência de Berlim.

Angola tem dado atenção especial à situação nas fronteiras do país, para pôr cobro a esses desentendimentos pontuais em algumas regiões.

Para tal, estuda novas formas para o reforço da segurança, visando melhorar o controlo da imigração ilegal, tráfico de drogas e de seres humanos, além do comércio transfronteiriço. A questão do reforço da segurança fronteiriça e do maior controlo da circulação de pessoas e bens, no âmbito da cooperação económica e cultural, é um dos assuntos mais abordados.

Com vista a promover-se a política de boa vizinhança e facilitar a interacção entre os povos, os governos provinciais estudam mecanismos para incentivar as parcerias económicas, culturais e linguísticas entre as populações dessas zonas de proximidade.

Estão em estudo propostas de geminação de cidades e vilas, que serão apresentadas aos países vizinhos, para favorecer o intercâmbio cultural entre as populações, muitas vezes pertencentes à mesma tribo.

É intenção das autoridades angolanas que os empresários e homens de negócios locais sejam apoiados e incentivados a criar parcerias com homólogos de países vizinhos.

A ideia global é desenvolver as localidades fronteiriças, criando um ambiente de paz e estabilidade permanentes.

## Vida nas fronteiras

Apesar das contradições ainda reinantes à volta da delimitação dos marcos, a vida nessas fronteiras continua a decorrer com normalidade e num clima de paz.

Cidadãos de Angola, da Namíbia, RDC, Congo e Zâmbia circulam mútua e livremente pelos respectivos territórios, “rompendo” as fronteiras geográficas, políticas e às vezes diplomáticas, em busca de um mesmo objectivo; União.

Para um controle efectivo, Angola tem 1 unidade nacional, 16 unidades territoriais, 21 subunidades e 148 postos de guarda fronteira ao longo de toda a fronteira e da costa marítima.

1. Caracterização da Situação na Fronteira

1.1. Situação dos Postos de Fronteira e de Travessia

Em resultado do trabalho em curso sobre o levantamento do estado de conservação dos Postos de Fronteira e de Travessia bem como a correção sobre a quantidade e a classificação dos mesmos, mantém-se a existência de 136 postos, sendo 76 operantes, representando 55% e 60 inoperantes, representando 44%, dos Postos de Fronteira e de Travessia existentes sendo:

TIPOLOGIA	QUANT	SITUAÇÃO ACTUAL		TOTAL	%
		OPERANTE	INOPERANTE		
POSTO DE FRONTEIRA AÉREA	20	19	1	20	14
POSTO DE FRONTEIRA TERRESTRE	34	24	10	34	25
POSTO DE FRONTEIRA MARÍTIMA	8	8		8	5
POSTO DE FRONTEIRA FLUVIAL	23	08	15	23	
POSTO DE TRAVESSIA TERRESTRE	22	09	13	22	
POSTO DE TRAVESSIA FLUVIAL	29	08	21	29	
<b>TOTAL</b>	<b>136</b>	<b>76</b>	<b>60</b>	<b>136</b>	
<b>%</b>		<b>55</b>	<b>44</b>		

Não obstante as obras de reabilitação de alguns postos de fronteira e de travessia 44%, continuam desactivados, decorrentes de problemas das respectivas infraestruturas que apresentam-se degradadas em consequência das vicissitudes do tempo ou porque não estão reunidas as condições técnicas e de trabalho essenciais ao funcionamento dos mesmos.

No período em análise, constatou-se que as fronteiras Norte e Nordeste, nas províncias de Cabinda, Uíge, Zaire e Lunda-Norte, foram as mais violadas por cidadãos estrangeiros, com realce para os das Repúblicas do Congo, Democrática do Congo e Oeste Africano constituindo assim os postos de fronteira mais críticos.

**Anexo 10**